

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

# O REFLEXO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO ESPORTE

Bruno Walber Viana

Orientador: Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini

Porto Alegre

2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

# O REFLEXO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO ESPORTE

Bruno Walber Viana

Monografia apresentada como exigência  
parcial para obtenção do título de  
**Bacharel em Relações Internacionais**

Orientador: Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini

**Porto Alegre**

**2008**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Monografia “O Reflexo das Relações Internacionais no Esporte”

Elaborada por Bruno Walber Viana

E aprovada por todos os membros da Banca Examinadora foi aceita pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Curso de Relações Internacionais, como requisito parcial para a obtenção do título de BACHAREL EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS.

Data:

BANCA EXAMINADORA

---

---

---

*Àqueles que realmente fizeram  
Minha experiência acadêmica valer a pena:*

*As quatro pessoas cuja felicidade é necessária  
Para que eu também a possa ter  
(Fernando, Miriam, Arthur e Valeska),*

*Minha família,*

*Meus amigos,*

*E, claro, meu Grêmio.*

## Resumo

Palavras-chave: Relações Internacionais, Política, Esporte, Olimpíadas.

A importância dada à esfera esportiva pelos governantes mundiais, a partir da popularização das grandes competições mundiais, origina-se da identificação de um reflexo da política internacional no esporte e dos benefícios dele tirados pelos países. Este fenômeno é avaliado com base na teoria neo-realista das Relações Internacionais, e apresenta-se sob três variáveis principais: sistêmica, conjuntural e de características nacionalistas. Nesta análise, identifica-se uma semelhança na estruturação do sistema internacional de nações, através do conceito de equilíbrio de poder entre Estados, com a composição dos resultados alcançados pelas nações nos Jogos Olímpicos, assim como uma conexão entre eventos conjunturais históricos e grandes episódios ocorridos na arena esportiva, e a importância dos esportes na consolidação de movimentos nacionalistas e na criação de novos Estados soberanos. O estudo empírico apresentou explicações para a relevância atribuída a um fenômeno social *a priori* apolítico. Nesse panorama, apresentam-se três formas para a utilização governamental do esporte como instrumento política internacional: inserção e consolidação nacional no sistema internacional, ferramenta de política externa nacional e pressão política.

## Abstract

Key-words: international Relations, Politics, Sport, Olympics.

The importance world leaders infer to the field of sports, from the popularization of major international competitions, comes from the identification of a reflex of international politics on sport, and the benefits from it taken by States. This phenomenon is assessed based on the neo-realist theory of International Relations, and presents itself over three main analyzed topics: systemic, junctural and nationalistic. By this analysis, one is able to identify a similarity between the international system of nations structure, through the concept of balance of power among States, and the composition of achieved results on the Olympic Games, as well as a connection between historical junctural events and great episodes of sport history, and the importance of sports for the consolidation of nationalist movements and the creation of new sovereign States. The empiric study presented explanations for the relevance given to a social phenomenon *a priori* apolitical. On this framework, three forms are identified for the governmental usage of sports as an international political instrument: national insert and consolidation in the international system, national foreign policy tool and political pressure.

## Lista de Tabelas

Tabela 1 .....	22
Tabela 2 .....	39
Tabela 3 .....	49

## Sumário

Introdução .....	09
1. O Reflexo das Relações Internacionais no Esporte .....	12
O Sistema Internacional e os Jogos Olímpicos .....	14
Eventos Conjunturais Históricos e seu Impacto na Esfera Esportiva .....	27
Nacionalismos .....	36
2. Utilização da Esfera Esportiva como Ferramenta Política Internacional .....	42
Inserção e Consolidação no Sistema Internacional.....	45
Ferramenta de Política Externa Nacional .....	52
Pressão Política .....	55
Conclusão .....	59
Referências Bibliográficas .....	63



## Introdução

Ao longo do século XX, o mundo passou por diversas transformações que alteraram a maneira como são pautadas as relações internacionais. Foram duas guerras de abrangência global, precedidas e seguidas de diversos conflitos beligerantes de escala regional. Constatou-se e consolidou-se a hegemonia estadunidense de poder e influência na sociedade, ao passo que foi visto o surgimento e a queda do regime socialista da antiga União Soviética. A derrubada comunista também marca a última mudança sistemática presenciada pela comunidade internacional, e dá início a uma nova era de relações entre países. Desde então é possível identificar uma crescente importância de atores que não os Estados nacionais no centro de debates, como se comprova na relevância de fóruns de debates paradiplomáticos, que dão importância e voz influente aos governos locais de cada região, e das organizações internacionais. O poder de tomada de decisões e comprometimento, contudo, ainda permanece como prerrogativa da soberania Estatal e, assim, percebe-se que ainda carece a esses tais novos personagens atuantes no sistema internacional uma efetiva capacidade e autonomia, cabendo-lhes no presente momento funcionar e agir como focos de pressão, a fim de alcançar alternativas para o melhor desenvolvimento igualitário de todos os povos.

Nesse contexto de globalização e descentralização do poder de influência internacional, e na identificação de um descontentamento geral com injustiças e desigualdades ao redor do globo, é possível identificar diversas novas formas de pressão a ser exercida nos reais tomadores de decisão, os Estados nacionais. Os ideais do universalismo e da democracia vêm rompendo fronteiras e fazendo uso da globalização para a melhoria de condições de vida dos cidadãos mundiais e para a consolidação da paz mundial. É a partir dessa idéia que vemos o crescimento de protestos globais, sempre auxiliados pela ferramenta da Internet, e movimentos que vislumbram a modificação do *status quo* internacional, como o pós-modernismo nas artes e sua premissa de impactar o espectador, e o cinema. A comunidade esportiva, por sua vez, também se mostra apta a participar desse novo movimento, e utiliza seus palcos para apresentar sua mensagem. Uma partida, uma competição, uma vitória ou simplesmente um gesto, todos podem criar uma situação de impacto internacional, como foram os inúmeros casos já presenciados em diversos eventos como a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos. Neles, vimos o Irã vencer os Estados Unidos no chamado “Jogo da Paz” na Copa do Mundo da França em 1998 e a África do Sul ser banida de participar das olimpíadas enquanto mantivesse presente o regime segregador do Apartheid.

O esporte tem servido, ao longo das décadas, como um reflexo das relações internacionais, em especial o palco dos Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo de Futebol. Ao analisar a história desses dois eventos – e por que não do esporte como um todo, pode-se perceber que cada acontecimento internacional de mudança conjuntural é acompanhado de algum acontecimento esportivo relevante e a ele relacionado. Foi assim na consolidação do nazismo na Alemanha e a realização dos Jogos Olímpicos na capital Berlim em 1936, no qual um negro, James Cleveland “Jesse” Owens, terminou o evento como principal medalhista e atleta destaque. Os boicotes nas olimpíadas de Moscou em 1980 e Los Angeles em 1984 de americanos e soviéticos respectivamente, exemplificam o novo esquentamento da Guerra Fria do início da década de 80. Outrossim, é possível, através do esporte, identificar características sistêmicas das relações internacionais. Vemos isso ao analisar os quadros de medalhas dos Jogos Olímpicos ao longo de sua história e perceber a hegemonia, nos anos de Guerra Fria, da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e dos Estados Unidos, e após a queda do muro de Berlim, a consolidação dos estadunidenses como líderes em medalhas e principal líder político e econômico mundial. É fácil, logo, apontar que potências mundiais sempre o foram também na esfera esportiva.

Outro aspecto em que o esporte tem importante papel é a constituição da unidade nacional de um país, por ser uma grande fonte de orgulho entre os cidadãos. Alguns exemplos marcantes quanto a esse ponto específico podem ser identificados no futebol. Durante os anos em que foi ocupada pela Alemanha nazista na II Guerra Mundial, a Ucrânia viu num “simples” time de futebol, o Dínamo de Kiev, uma das últimas possibilidades de restabelecimento de um sentimento que visava integrar seu povo no sentimento de amor à pátria mãe. A questão do Reino Unido, por sua vez, também se enquadra nesse ponto, já que cada um dos países que o compõem (Inglaterra, País de Gales, Escócia e Irlanda do Norte) participa de competições futebolísticas separadamente, contrariando o que acontece nos Jogos olímpicos, quando se juntam sob a denominação de Grã-Bretanha para as disputas. Serão discutidos também a influência destes movimentos e seu impacto na estrutura do sistema internacional de nações, conforme a teoria neo-realista das Relações Internacionais.

Uma vez constatado a existência de um reflexo do esporte nas relações internacionais, passaremos a de fato abordarmos a questão investigada no presente trabalho, analisar as causas da relevância atribuída ao esporte na agenda internacional dos governos nacionais, a partir da popularização das grandes competições esportivas mundiais. Inicialmente, concluiu-se que os governantes fazem uso deste para o fortalecimento de sua posição na conjectura corrente do sistema internacional. A partir desta primeira verificação, debate-se as formas

apresentadas pelos Estados a fazerem uso desta nova ferramenta na atuação externa dos países. O estudo e análise das decisões e políticas adotadas pelos países no período em questão apresentaram três formas relacionadas de utilização do esporte pelos países: inserção e consolidação no Sistema Internacional, como no apoio das ditaduras militares às seleções nacionais de futebol de Brasil e Argentina nas Copas do Mundo de 1970 e 1978, respectivamente; ferramenta da política externa nacional, exemplificado na retomada das relações entre China e EUA, através da diplomacia do ping-pong; e como forma de pressão política, exemplificado no desfile de abertura da delegação estadunidense, nos Jogos Olímpicos de Pequim.

Como já mencionado anteriormente, são diversas novas fontes de influência nas relações internacionais atualmente. Dentre todas, o esporte tem papel de destaque, pelo seu grande apelo popular, visibilidade e capacidade de causar impacto. São diversos os exemplos de atos esportivos que, de uma forma ou de outra, foram importantes para a conjuntura de suas respectivas épocas. A partir deste contexto, percebemos que existe uma bibliografia ainda insipiente acerca do assunto na comunidade acadêmica mundial, e por conseqüência a brasileira. A busca pela inovação e pela originalidade motivou a realização deste trabalho, que apesar de tratar de um tema por vezes subestimado pela academia, objetiva promover o esporte como um agente importante na formulação de políticas internas e externas dos tomadores de decisão.

Dessa forma, o estudo do reflexo das relações no esporte e da sua contrapartida como fator desencadeador de acontecimentos de importância mundial pode provocar novas maneiras de se pensar relações internacionais. A tendência global de descentralização política e advento de novos atores são dois exemplos de possibilidade de utilização do esporte como ferramenta chave na constituição de um sistema internacional mais amplo e igualitário. Conseqüentemente, é possível identificar e prever conjunturas e alterações sistêmicas pela análise dos resultados e investimentos esportivos realizados pelos países. O desenvolvimento chinês galopante dos últimos anos também pode ser evidenciado pelo crescimento e maior desenvolvimento das mais variadas modalidades esportivas no país, exemplificado tanto pelo grande crescimento do número de medalhas nos Jogos Olímpicos, como pela sua primeira participação em Copas do Mundo de Futebol em 2002, no Japão e na Coreia do Sul.

## 1. O Reflexo das Relações Internacionais no Esporte

O reflexo das relações internacionais no esporte é um fenômeno verificado a partir da popularização das principais competições internacionais. Até a retomada do Movimento Olímpico, pelo Barão de Coubertin ao final do século XIX, não se considerava a esfera esportiva como um elemento internacional. De certa forma, o sistema internacional como um todo não poderia ser analisado como um elemento que integrasse todas as nações. As decisões eram reservadas ao centro político econômico da época, a Europa e a hegemonia decadente, Grã-Bretanha. Novos atores iniciavam um processo de mudança sistêmica, e a Pax Britânica se via gradualmente desafiada.

Os Jogos Olímpicos tinham a premissa de integrar os povos da mesma maneira como na Grécia antiga. Porém foram necessárias duas décadas e uma guerra mundial para que enfim os Jogos passassem a ter a relevância idealizada em sua concepção. Até os Jogos de 1920, na Antuérpia, o total de países participantes nunca havia passado de três dezenas. A partir da edição seguinte, a segunda em Paris, a olimpíada<sup>1</sup> passou a ser um período em que de fato os povos reservavam para a superação de limites em competições esportivas dos mais variados estilos. Nem mesmo uma nova guerra de escala global foi capaz de extinguir os Jogos, que já em 1948 foram retomados com número recorde de participantes e que, a partir da edição de 1952 em Helsinque, nunca teve um número menor de 70 países participantes. Em uma diferente escala de relevância, a Copa do Mundo de Futebol representa, desde a sua criação, nações ansiando uma maior presença no cenário internacional.

O fenômeno do reflexo das relações internacionais no esporte se apresenta para análise em três diferentes aspectos. O sistema internacional e a noção de potências hegemônicas são dois elementos presentes na estrutura de vencedores dos Jogos Olímpicos. Mudanças sistêmicas são representadas na arena olímpica através da ascensão e queda dos resultados atingidos pelos países nas edições precedentes e subsequentes dos Jogos referentes a uma dada mudança paradigmática na estrutura das relações internacionais. Um diferente foco de exame é demonstrado na evidência de grandes marcos conjunturais na esfera mundial. Independentemente da maneira apresentada, sempre que ocorrido, tal acontecimento invariavelmente gera um efeito no cenário esportivo. Por fim, será discutido o impacto do nacionalismo nas relações internacionais e seu respectivo reflexo no esporte. O surgimento de

---

<sup>1</sup> Olimpíada na realidade é o espaço de tempo de quatro anos que separa cada edição dos Jogos Olímpicos.

novos atores soberanos no sistema internacional e mudanças no equilíbrio de poder regional e internacional serão analisados neste tópico.

Sob a luz destes três focos de análise do fenômeno, estrutural sistêmica, conjuntural e nacional, o presente trabalho passa a verificar de fato a influência das relações internacionais e seus marcos históricos na dinâmica de eventos da esfera esportiva. O tema não é recorrente no estudo das Ciências Sociais. A discussão sobre a relação entre esporte e relações internacionais não é muito disseminada na esfera acadêmica brasileira, sendo raros os autores que levantam a hipótese de sua existência e relevância. Um destes poucos exemplares é o recente trabalho “Esporte, Poder e Relações Internacionais” de Douglas Wanderley de Vasconcelos, que investiga principalmente o aspecto político envolvido nas grandes competições esportivas, traçando um paralelo também com as diretrizes da política externa brasileira e como o governo poderia fazer uso desta esfera (VASCONCELOS, 2008). Já nos Estados Unidos e na Europa, o tema já foi alvo de estudos mais aprofundados, como no artigo Aaron Beacom, em que o autor traça os limites e real profundidade da conexão entre esporte e relações internacionais (BEACOM, 2000). O tema do sistema internacional e a questão das hegemonias, contudo, deixam uma lacuna neste campo de pesquisa. Se de fato for considerada a existência deste reflexo das relações internacionais na esfera esportiva, então a própria definição de estrutura de sistema internacional e de potências hegemônicas, como apresentadas pela escola neo-realista, deverão estar presentes na verificação e contextualização do fenômeno. Da mesma forma faz-se necessário uma aprofundada pesquisa quanto da relevância de certos marcos conjunturais para as relações internacionais, e a partir daí averiguar os efeitos sentidos na esfera esportiva internacional.

Para o levantamento de dados esportivos desta pesquisa, foram levados em consideração dois pontos de grande importância. Para efeitos de mensuração, utilizou-se a metodologia comprovada e verificada apresentada no estudo da empresa privada PricewaterhouseCoopers, considerando apenas o número total de medalhas conquistadas por determinado país em determinada edição dos Jogos. Isso para aproximar a realidade dos Jogos para com a realidade demonstrada nas relações internacionais, pois, por diversas vezes um segundo, um ponto ou uma fração deles separa uma medalha de ouro do segundo e do terceiro lugar. O reflexo do sistema internacional somente é verificado quando esta metodologia é utilizada. Também se deve relevar o desempenho de determinada nação quando esta organiza os Jogos Olímpicos. Em todas as edições dos Jogos o país-sede teve um acréscimo acima da média quando comparado com relação às participações anteriores. Para os efeitos de

resultados e conclusões a partir desta mensuração, todos os demais fatores abordados têm igual relevância para o estudo.

Este capítulo será estruturado em três seções, que objetivarão aprofundar o estudo dos três elementos acima mencionados.

## **O Sistema Internacional e os Jogos Olímpicos**

“A estrutura internacional surge da interação de Estados”. (WALTZ, 2005, p.1528). A primeira e mais relevante verificação do fenômeno do reflexo das relações internacionais no esporte é constatada no paralelo traçado entre estruturação do sistema internacional e a delimitação dos resultados das olimpíadas dado um mesmo período histórico. Para tal análise, objetivou-se primeiramente estabelecer um marco teórico para a definição de sistema internacional, atores e sua interação. Em um segundo momento, descrever as estruturas sistêmicas vivenciadas no período de análise deste trabalho, para que então seja feita a análise histórica do quadro de medalhas dos Jogos Olímpicos e sua relação com as duas etapas anteriores.

Desde o surgimento da contemporânea definição de Estado, com o advento da Paz de Westfália de 1648, este passa a ser o ator de maior relevância nas relações internacionais. A noção estrutural apresentada na teoria neo-realista das relações internacionais baseia-se na idéia de que os Estados passam a agir e tomar decisões de acordo com o sistema no qual estão inseridos, independentemente da conjuntura apresentada. Limita-se, dessa forma, a noção das decisões tomadas apenas para o interesse Estatal e pela busca de maior poder, em virtude do advento da noção de estrutura do sistema internacional (WALTZ, 2005). A soberania do Estado, entretanto, será de forma alguma violada. O único ator com poder de tomada de decisões perante novos acontecimentos ou quanto a ações a serem tomadas na esfera internacional será o Estado. Nesta estrutura, os Estados têm como objetivo principal a sua sobrevivência e desenvolvimento. Suas ações serão pautadas a partir dessa premissa.

A estrutura do sistema internacional, a partir da teoria neo-realista de Waltz, invariavelmente tem como pré-requisito a existência de Estados interagindo entre si, cada um com metas, ações e resultados independentes, mas que conseqüentemente afetam as metas, objetivos e resultados de outros atores do sistema. Dessa forma, surge uma importante delimitação para as ações dos Estados na estrutura internacional. Dá-se, pois, que o sistema internacional poderá ser afetado pelas ações das unidades, mas também poderá, em contra partida, influenciar seu processo de tomada de decisões. O princípio da anarquia defendida

pela teoria realista fica identificada na ausência de uma instituição de maior hierarquia que os principais atores do sistema (Estados) para regular essa interligação de ações Estatais. Seguindo neste raciocínio, uma análise empírica da composição do sistema internacional demonstra que cabe às grandes potências mundiais a sua estruturação. São estes, de fato, os principais atores do sistema internacional, aqueles que apresentam paradigmas que delinearão as interações entre Estados até uma próxima grande alteração sistêmica.

O conceito de grande potência do sistema internacional não é claramente definido. Enquanto Waltz avalia sua mensuração pelo nível de poder exercido pelo Estado, Mearsheimer agrega importância neste raciocínio a capacidade militar ofensiva apresentada pelo Estado frente a possíveis potências rivais. A diretriz primária destes atores, porém, não é a simples obtenção de poder, como preconizava a escola realista clássica. Na verdade, os Estados fazem uso do poder que tem à sua disposição para garantir sua segurança e sobrevivência no sistema internacional.

Sobrevivência é o objetivo mais importante de um Estado, pois um Estado não poderá buscar outros objetivos se não sobreviver. [...] A estrutura básica do sistema internacional força Estados preocupados com sua segurança a competir entre si por poder. (MEARSHEIMER, 2006).

Considerando a existência de países mais ou menos poderosos que outros, é possível perceber que a diferença em níveis de poder identificada entre os atores do sistema internacional define a maneira que cada Estado se comportará e as ações que tomará. A própria definição ampla de poder impossibilita uma delimitação no campo de atuação do Estado. Um país de grande potencial econômico poderá apresentar um aparelhamento militar incapaz de defender seu próprio território, ou até mesmo pequeno poder de influência nas grandes negociações mundiais. De uma maneira resumida, o poder de um Estado é mensurado pela capacidade encontrada por este de realizar seus objetivos em um determinado espaço de tempo.

Ainda na teoria de Mearsheimer, entende-se que o objetivo final dos Estados mais poderosos será a obtenção da hegemonia. Tendo em vista que o conceito de uma única nação soberana controlando o sistema internacional vai de encontro com a natureza anárquica do sistema internacional de atores soberanos em busca de segurança e maior poder, o autor define que o melhor resultado atingido por um país é a manutenção de uma hegemonia em sua determinada região. Aliado ao controle político, econômico e militar de sua esfera de

influência, a potência hegemônica não deverá medir esforços para evitar que outra nação estabeleça sua hegemonia em outra determinada área de influência, priorizando a evidência de uma fragmentação de poder nesta área fora de sua região. Estas duas variáveis combinadas garantem ao Estado o status de hegemônica global, pois nenhuma outra nação poderá desafiar seu poder de influência no sistema internacional (MEARSHEIMER, 2003).

No caso dos Estados Unidos da América, por exemplo, o continente americano em sua totalidade é identificado como sua esfera de influência, desde o final dos processos de independência na América Latina. O período entre o início e fim das duas grandes guerras do século XX apresentou a transição entre duas potências hegemônicas. A Grã-Bretanha deixava de sê-la e os Estados Unidos, seguindo uma estratégia de longo-prazo, atingia o status de centro das decisões mundiais. O processo de mudança sistêmica identificado na primeira metade do século XX, identificado como um período de caos sistêmico por Arrighi (ARRIGHI, 1996), somente foi possível pela fragmentação de potências no continente europeu e a supremacia estadunidense no continente americano. Desde o final da Guerra de Secessão, os Estados Unidos tiveram extremo sucesso em suas ações internacionais, entre elas a Doutrina Monroe, que visavam uma preeminência dos ideais da democracia americana no continente americano. Em pouco mais de 150 anos, os Estados Unidos passaram de uma colônia no Novo Mundo para a principal potência do mundo ocidental, em um processo lento que aliou um desenvolvimento social, político e econômico jamais novamente presenciado, a uma diminuição da influência européia nas Américas e conseqüente supremacia dos ideais democráticos estadunidenses nessa região.

Foram vários os candidatos à potência hegemônica que desafiaram a preeminência norte-americana no sistema internacional. A Alemanha nazista e o Japão, na época da II Guerra Mundial, foram os primeiros grandes desafios a Pax Americana. Ambos iniciaram um processo de liderança nas suas regiões. Ao fim de um conflito de escalas sem precedentes na história da civilização humana, os Estados Unidos neutralizaram a tentativa de polarização de poder na Europa e na Ásia. O que se seguiu, entretanto, a partir de então, foi um período de divisão de poder no sistema internacional. A repartição do mundo durante os anos de Guerra Fria, em duas grandes esferas de influência, apresentou um novo paradigma na mensuração do poder dos Estados. O período de maior tensão nas relações internacionais chegou ao fim com o colapso soviético e mais uma vez a ascensão americana ao posto de grande potência mundial. Atualmente, mais uma vez vivendo um período de incertezas e caos sistêmico, grandes autores iniciam a reportar a elevação do status da China à hegemônica postulante no



continente asiático, e dessa forma, passando a ameaçar o *status-quo* e a corrente balança de poder.

A necessidade de regulação do processo de interação dos Estados, em diferentes tópicos e aspectos, gera a implantação de regimes internacionais. A conceituação de regimes indica a predisposição de um quadro de normas e princípios que regulam e instauram ordem no anárquico sistema internacional, estabelecidos sempre por representações Estatais. Desconsiderando a possibilidade de subordinação dos Estados a uma hierarquia de poder, esta ordem derivada da criação de regras para o relacionamento de atores no sistema internacional surge a partir do consentimento governamental da demanda global por cooperação e coordenação entre os Estados. O advento das rodadas de negociação no final do século XX exemplifica um momento de colaboração mútua entre os mais diferentes países. Em última análise, independentemente do tipo de normas e regras a serem seguidas, ou sua natureza, o agente ativo desta relação será sempre o Estado. Ele é que determina os fundamentos para a regulamentação. Havendo um Estado em discordância, altera-se por total a noção presente de um regime, uma vez que se necessita o consentimento de todos os países envolvidos para o bom andamento das relações inter-estatais.

Levando em consideração que independentemente do regime instaurado para regular as ações dos Estados no sistema internacional, sempre haverá diferenças nos níveis de benefícios para os Estados. Mesmo uma situação em que se apresentem resultados positivos para todos, sempre existe a real probabilidade de um acordo não ser levado adiante por um Estado não aceitar ganhar menos que outros. Logo, é de fácil dedução a idéia de que são as nações hegemônicas que definem e estabelecem os regimes internacionais, por possuírem maior poder frente outros países de menor influência no sistema internacional (LITTLE, 2008). O demorado – e recentemente desafiado – processo de negociações da rodada de Doha, que tenta regulamentar o comércio internacional agrícola e industrial, comprova esta afirmação. Mesmo que os maiores beneficiados fossem as economias em desenvolvimento, devido à queda dos subsídios agrícolas nos países europeus, por exemplo, os países mais desenvolvidos seriam também favorecidos pela menor taxaço de seus bens industrializados exportados.

Por vezes se argumenta que a instauração de regimes apresenta a necessidade de certo nível de institucionalização, geralmente representado pela constituição de organizações internacionais. De fato estas auxiliam como um bom fórum para discussões e estabelecimentos de regras em um determinado assunto. A criação da Organização Mundial do Comércio trouxe maior legitimidade e vinculação aos processos de negociação coletiva

entre os Estados. Mesmo considerando o momentâneo fracasso de Doha, é inquestionável que sem a OMC o processo como um todo seria muito mais difícil de ser realizado quando envolvendo quase que todos os países interessados em um único momento. Uma das alternativas seria uma série de acordos bilaterais ou envolvendo um número diminuto de atores que, apesar de não demandar um nível tão elevado de coordenação entre os atores do sistema internacional, impossibilitaria a regulamentação do comércio internacional como um regime.

Postada a definição e a estruturação do sistema internacional, através da teoria neo-realista das relações internacionais, e seus elementos compositores, faz-se necessário evidenciar o paralelo existente entre a esfera política e a esportiva no plano mundial. A análise sistêmica estrutural da interação dos Estados soberanos é refletida na própria estruturação do Movimento Olímpico, de sua principal competição e de sua institucionalização.

A idealização de Pierre de Coubertin da retomada dos Jogos Olímpicos e da reunião dos povos a cada período de quatro anos para competirem em busca da superação dos limites físicos impostos sob a raça humana somente obteve a popularidade necessária para ser considerado um evento global a partir da edição de 1924, em Paris. O período que antecede a sétima edição dos Jogos foi utilizado para disseminar e consolidar os ideais que Coubertin tinha em mente, e é popularmente conhecido como a consolidação do espírito olímpico. Pouca participação e falta de publicidade prejudicaram os seis primeiros ciclos olímpicos (CARVALHO, 2006). Em 1900 (Paris, França) e 1904 (Saint Louis, Estados Unidos), por exemplo, os Jogos foram integrados à realização de Feiras Mundiais nas cidades sede. O resultado desta estratégia foi uma incrível preponderância de atletas franceses e estadunidenses, respectivamente, a ponto de haverem competições que contavam apenas com competidores representando o país organizador do evento. Um indicador que exemplifica o salto de popularidade dado a partir da segunda década do século XX é o número de Comitês Olímpicos Nacionais<sup>2</sup> representados, que passou de 29 nos Jogos de 1920, na Antuérpia, para 44 em Paris, quatro anos depois. Somente nos Jogos de 1932 o número voltou a baixar da casa dos 40 países participantes.

As duas primeiras décadas do século XX apresentavam a decadência britânica e um período de indefinição hegemônica no mundo. Os Estados Unidos consolidavam a supremacia sobre o continente americano e iniciavam um processo de liderança econômica mundial, com

---

<sup>2</sup> Nos Jogos Olímpicos, os Comitês Olímpicos de cada país são os representantes oficiais perante o Movimento Olímpico e o Comitê Olímpico Internacional.

Nova York se tornando o principal centro econômico do mundo. Na esfera européia, a Alemanha, pouco tempo após o período de unificação territorial e consolidação Estatal, surgia como postulante a liderar o continente, depois de duramente enfrentar a crise de 1929, juntamente com todos os outros países da região afetados, e da ascensão de Hitler e o partido nazista ao poder. Da mesma forma, na Ásia, o Japão iniciava um período expansionista que preocupava os demais países que contavam com certo poder de influência no continente, principalmente os Estados Unidos e sua política de portas abertas na região. Estes movimentos que quebravam paradigmas e poderiam levar à identificação de três hegemonias regionais no mundo, foram grandes responsáveis pela instauração da II Guerra Mundial, mesmo quando levada em consideração a relutância estadunidense em integrar os aliados e declarar formalmente guerra aos países do eixo.

Neste determinado espaço de tempo entre as décadas de 1920 e 1930, como acima mencionado, os Jogos Olímpicos já eram considerados um evento de grande repercussão internacional. Muito por isso, a conjectura do sistema internacional desta época era bem retratada na evolução dos quadros de medalhas, assim como a constatação da preeminência dos três países acima mencionados perante as nações rivais em suas respectivas regiões. Os casos de Japão e Estados Unidos poderiam ser relevados pela pouca participação de países americanos e asiáticos, mas na verdade esta constatação apenas apresenta um indício a mais sobre sua supremacia ante seus vizinhos e o reflexo apresentado nos jogos olímpicos. A Alemanha, entretanto, em uma Europa historicamente marcada pela fragmentação de poder dos Estados, apresentou grande evolução e desafiou a ordem natural na região. Exatamente como nas relações internacionais da época, ela nunca conseguiu ser mais forte que todos os países unidos, mas apresentou força para ser considerada postulante à hegemônica, a partir do advento de estratégias governamentais expansionistas do terceiro Reich.

Analisando a conjuntura da época, o que se percebe era a iminência da possibilidade de troca de regimes exercidos pelas potências hegemônicas. A democracia ocidental era desafiada pelos regimes totalitários fascistas do eixo. Entre 1932 e 1938, quatro competições que mobilizaram o mundo foram realizadas, entre Jogos Olímpicos e a recém criada, e desde então de grande apelo popular, Copa do Mundo de Futebol. Apenas nos Jogos de 1932, em Los Angeles, Estados Unidos, que não contaram com a participação da Alemanha, o primeiro lugar geral entre os países não foi conquistado por um regime fascista. Ainda assim, os italianos figuraram em segundo lugar no quadro geral de medalhas, atrás apenas do país anfitrião. A tendência das relações internacionais da época, pós I Guerra Mundial e Tratado de Versalhes, apresentava uma tentativa de apaziguamento das grandes potências perante

principalmente a renascida Alemanha, porém Itália e Japão também eram favorecidos com esta estratégia política. A posteriormente falha Liga das Nações era uma das maneiras encontradas para levar a cabo este plano, mas a perda de respaldo internacional, em especial dos Estados Unidos, impedia uma maior relevância desta que foi considerada a primeira grande tentativa de institucionalização do relacionamento de Estados no sistema internacional.

Os alemães reerguiam-se da Grande Depressão com um projeto econômico moderno de retomada das indústrias, ao passo que retomavam o projeto militar expansionista, em contrariedade aos acordos do Tratado de Versalhes. Aliava-se a este panorama uma política diplomática pouco ortodoxa, e assim, o país consolidava novamente uma posição de prestígio na conturbada balança de poder européia.

[...] a situação européia tornava-se mais tensa com a ascensão de Hitler ao poder. A Alemanha reativou as indústrias, montou um grande exército moderno e iniciou ousadas jogadas diplomáticas, destruindo o Tratado de Versalhes e ocupando países e regiões vizinhas [...] (VIZENTINI, 2007).

No continente asiático, o Japão iniciava seu próprio projeto de liderança regional, seguindo uma estratégia expansionista similar aos alemães, e colhendo frutos das boas relações mantidas com os Estados Unidos desde o início do século. Os principais marcos deste tento foram a guerra contra a Rússia, iniciada em 1904, quando da tentativa russa de se expandir em direção à Coreia e à Manchúria, a anexação em 1910 da Coreia e, por fim, a invasão da Manchúria em 1937. Este processo de expansão foi somente freado nas explosões das duas bombas atômicas e a tardia capitulação do exército japonês, em decorrência do reconhecimento da derrota para os aliados, liderados pelos Estados Unidos.

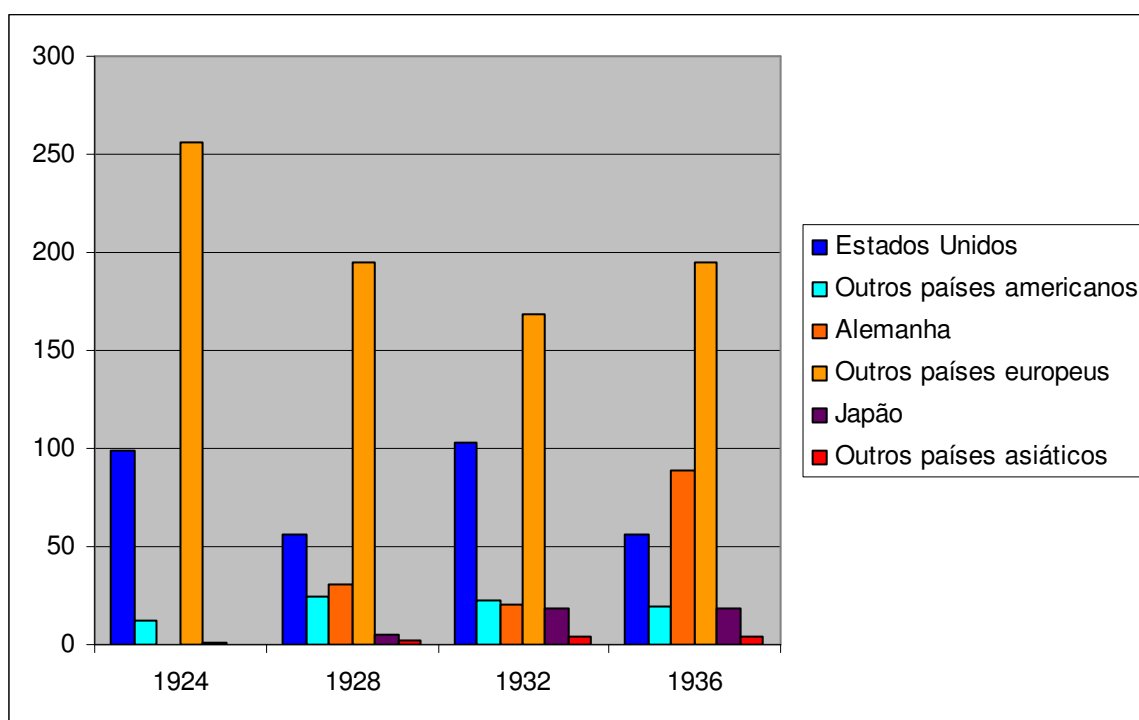
Os Estados Unidos, por sua vez, optaram por - ou foram forçados a - não tomar as rédeas do sistema de nações. O país se voltou para a esfera interna após a grande crise capitalista de 1929. Planos emergenciais de reestruturação econômica e política foram necessários, e a duras custas o país conseguiu se recuperar, muito graças ao presidente Roosevelt e seu *New Deal*. O potencial militar e econômico já rendia ao país o status de hegemônico no continente americano desde a consolidação da Doutrina Monroe. E isso se refletia constantemente no período entre as duas grandes guerras mundiais na esfera esportiva. De cinco ciclos olímpicos, a delegação estadunidense não foi vencedora apenas na última, em Berlim, perdendo para a anfitriã e postulante a hegemônica Alemanha. Relevando a ainda diminuta participação dos países latino-americanos nos Jogos, no período em questão os EUA faturaram um total de 409 medalhas, frente a apenas 38 dos latinos e 52 dos vizinhos

canadenses. Em comparação, no continente europeu, oito países superaram a marca de 50 medalhas no mesmo intervalo de tempo. A líder Alemanha (140 medalhas), mesmo não participando de duas edições, superava em 34 e 43 medalhas as surpreendentes Finlândia e Suécia, respectivamente. França e Itália completavam o grupo de cinco maiores medalhistas europeus do período, com 97 e 93 medalhas.

Este panorama demonstra o que o final da II Guerra Mundial comprovaria. O Estado vitorioso, e logo hegemônico, Estados Unidos consolidara sua superioridade perante seus vizinhos antes de um controle do sistema internacional. Foi essa a tentativa da Alemanha, que da mesma forma que nos Jogos olímpicos de 1936 se fez parecer uma nação postulante ao status de maior potência esportiva do globo, levou muitos a crer, em meados dos combates europeus da II Guerra, que chegaria ao fim do conflito como grande potência militar, política e econômica do mundo. Mas a Europa era por demais fragmentada para que se tornasse possível tal superioridade, mesmo que ao cabo tenha sido necessária a intervenção estadunidense e soviética para a definição da vitória dos aliados na guerra. Importante ressaltar a necessidade de duas frentes militares na guerra – em especial à resistência russa – para que enfim, mais de cinco anos após o início da guerra, fosse possível derrotar o exército alemão.

Conclui-se, pois, que o período anterior a II Guerra Mundial apresentou três nações postulantes ao posto de hegemonia mundial, antes ocupado pela Grã-Bretanha. Alemanha e Japão foram derrotados pelos Estados Unidos na guerra, mas as circunstâncias de suas possíveis hegemonias regionais eram bem distintas. Se por um lado, a forte Alemanha nazista enfrentava um continente muito fragmentado, o Japão, por sua vez, parecia ser capaz de liderar sua região, com o pesar de se caracterizar a Ásia, naquela época, uma região muito atrasada em níveis de desenvolvimento com o resto do mundo, e os japoneses também estarem em um estágio muito insipiente de seu crescimento como nação recém unificada. A Tabela 1, do total de medalhas conquistadas nos quatro Jogos que antecederam a II Guerra Mundial, apresenta como que esta situação apresentada fora refletida na arena esportiva. Os Estados Unidos e seu forte desempenho como potência mundial e sua preponderância sobre os rivais de sua região; a Alemanha similarmente forte, porém localizada em uma região multi-polarizada e, dessa forma, incapaz de sustentar uma posição hegemônica; e o Japão, liderando seus concorrentes adjacentes, mas ainda muito atrasado com relação aos adversários mundiais. A saber, até os Jogos de 1928, apenas o Japão representava o continente asiático.

**Tabela 1**



Fonte: COI (2008)

A esperança de novos tempos, em que a paz entre as nações fosse uma constante, foi rapidamente desfeita. Poucos anos após o lançamento das duas bombas atômicas no Japão, consolidando o fim da II Guerra Mundial, o sistema internacional se via dividido entre duas potências hegemônicas e suas respectivas esferas de influência. De um lado, os Estados Unidos da América e a força do capitalismo e sua economia de mercados. Do outro a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a tentativa de implantar um regime antes apenas idealizado por grandes teóricos mundiais. Entre eles, uma Europa destruída pela guerra. O período de aproximadamente quatro décadas, que se estende até o desmembramento da União Soviética e a queda do muro de Berlim, no final dos anos 80, também apresenta novos atores relevantes no sistema internacional. O continente africano se tornava livre da dominância colonial europeia, a Ásia iniciava seus diferentes projetos de desenvolvimento econômico e os países latino-americanos apresentavam uma conjuntura de constante turbulência política na esfera nacional.

O reflexo do sistema internacional apresentado na Guerra Fria somente é percebido na esfera esportiva a partir dos Jogos de Helsinque, em 1952, em decorrência da estréia da URSS nesta edição. Mesmo que pelos resultados oficiais, obedecendo a metodologia do Comitê Olímpico Internacional, os EUA tenham obtido uma vitória com certa facilidade, com quase o dobro de medalhas de ouro que os soviéticos, a disputa pelo número total de medalhas foi

mais acirrada, conseguido os americanos a vitória por apenas cinco medalhas. Mas o simples fato de liderarem o quadro geral de medalhas ao fim dos Jogos não representa de fato o reflexo de seu status de hegemônias políticas, econômicas e principalmente militares em suas regiões. Esta constatação apresenta, na realidade, o mundo bipolar e a divisão do mundo em duas grandes potências.

A questão alemã nesta estrutura internacional também é válida de se considerar. A partir da divisão alemã em dois Estados soberanos, em 1949, sob influência capitalista dos Estados Unidos para a criação da República Federal da Alemanha (RFA) de um lado, e sob tutela comunista da União Soviética para o surgimento da República Democrática Alemã (RDA), de outro. Mesmo assim, os dois lados mantinham uma relação pacífica, traduzida nos Jogos Olímpicos com a manutenção de um só comitê nacional e a participação sob uma única bandeira, sendo a delegação denominada de Equipe Unificada da Alemanha<sup>3</sup>. O desempenho da delegação sempre foi considerável nas suas três participações, evoluindo de um total de 26 medalhas para 50 na edição de 1964, em Tóquio. Entretanto, com o crescimento do clima hostil entre as duas superpotências e a natural transposição para suas esferas de influência, o relacionamento entre as duas Alemanhas estremeceu. Devido a o êxodo de pessoas que partiam da Alemanha comunista em direção à vizinha capitalista, mais desenvolvida, em 1961 foi iniciada a construção do muro de Berlim. E a partir dos Jogos de 1968, a união olímpica foi dissolvida, dando lugar à estréia dos dois novos times nas olimpíadas. E nas três edições que se seguiram, os germânicos comunistas contabilizaram 181 medalhas, contra apenas 105 de seus rivais adjacentes. Tendo em consideração que cada lado alemão recebia grandes quantias em investimento de Estados Unidos e União Soviética, o desempenho alemão nas olimpíadas passa a ser desconsiderado na comparação entre as duas potências da época com relação a suas hegemônias regionais. Será apenas relevado quando da comparação entre regimes, ao final do período da Guerra Fria.

Ignorando as duas edições que foram alvo de boicotes estadunidense e soviético, em 1980 e 1984, respectivamente, é impressionante a semelhança demonstrada no quadro de medalhas com o sistema internacional. Somente na edição de Seul, em 1988, URSS e EUA não foram os países que mais conquistaram medalhas nos Jogos, e ainda assim, com os americanos sendo apenas superados pelos alemães da RDA. Caracterizava-se, pois, o que foi popularizado como o mundo bipolar. Contudo, apesar de ambas serem consideradas superpotências no período da Guerra Fria, principalmente pela equiparação militar, em termos

---

<sup>3</sup> Tradução livre de Unified Team of Germany.

econômicos, sociais e, principalmente, de poder de influência mundial os Estados Unidos sempre foram considerados a grande hegemonia mundial, tanto que Arrighi denomina este período como a Pax Americana (ARRIGHI, 1996). O Plano Marshall de reestruturação da Europa destruída pela guerra e a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) são dois dos muitos exemplos de ações americanas para manter as grandes potências européias sobre sua esfera de influência.

Os muitos problemas enfrentados pelos soviéticos em controlar sua esfera de influência, como analisado tanto nas constantes crises na região dos Bálcãs, quanto nos crescentes desentendimentos com a China, foram refletidos na esfera esportiva. Enquanto a razão entre a quantidade de medalhas estadunidenses sobre o total do continente americano – sua esfera de influência - nunca baixou de 70%, o mesmo coeficiente pelo lado soviético sobre sua esfera de influência nunca superou a marca dos 61%. E mesmo o argumento que diria que os americanos enfrentavam, em sua esfera de influência, adversários muito mais fracos que os soviéticos o faziam em sua região cai por terra, já que essa era a mesma situação vivida nas relações internacionais na época. Os Estados Unidos controlando a política da época, atuando cirurgicamente em controvérsias, a Revolução Cubana de 1962 sendo considerada a única derrota política enfrentada pelo país, é a situação paradigmática do período, assim como a dificuldade soviética em expandir suas idéias até o momento de estagnação da proliferação da revolução quando Stalin chega ao comando do Partido Comunista Soviético.

O fim da Guerra Fria apresentou uma grande mudança sistêmica. Não mais o mundo estaria dividido em duas grandes esferas de influência. O mundo capitalista havia triunfado, ao lado dos Estados Unidos, e o fim da história fora decretado (FUKOYAMA, 1992). O conceito que passava a vigorar nas relações entre Estados era a interdependência, fruto da globalização econômica. Novos atores surgiam para compor o novo equilíbrio da balança de poder do sistema internacional de nações, posto que o mundo presenciava uma nova onda de independências, agora das ex-repúblicas soviéticas do leste europeu, como Ucrânia, Estônia, Letônia e o sempre conturbado caso da região dos Bálcãs e a Iugoslávia. Na esfera esportiva, este fato foi refletido apenas nos Jogos de 1996, já que em 1992, em Barcelona, a delegação soviética foi mantida sobre a denominação CEI (Comunidade dos Estados Independentes), que acabaram por vencer esta edição. Entre Barcelona e Atlanta, 28 novos Comitês Olímpicos nacionais ingressaram no Movimento olímpico e foram representados nas olimpíadas, um aumento de 17%, similar ao salto dado na olimpíada entre os Jogos de Londres e Helsinque, logo após a II Guerra Mundial.



Concomitantemente a este aumento no número de participantes, a arena esportiva acompanhou o surgimento de novos atores importantes no sistema internacional. A China, a partir da ascensão de Deng Xiaoping ao controle das decisões do Estado, apesar de nunca ter de fato assumido a função de Chefe de Estado ou Chefe de Governo, mostra um grande desenvolvimento econômico e militar, postulando-se ao posto de hegemonia regional, ao passo que cresce sua participação em eventos esportivos. Em 2002, a China participou pela primeira vez de uma Copa do Mundo de Futebol, por exemplo, assim como nos Jogos Olímpicos o país demonstra rápido crescimento, em grande parte fruto de pesados investimentos do governo chinês no esporte. Os Jogos Olímpicos de Pequim (2008), na China, apresentaram ao mundo o que estava previsto a acontecer nos próximos anos: o imenso crescimento chinês superando os Estados Unidos. Mesmo levando em consideração o impulso dado pelo fato dos chineses organizarem os Jogos, o que se percebeu, ao menos, foi uma tendência à equiparação das duas potências como hegemônias regionais, ainda que os Estados Unidos mantenham-se a frente da China. Nestes Jogos, foram 110 medalhas para os americanos contra 100 dos chineses, a menor diferença americana com relação aos chineses na história olímpica.

Neste panorama de rivalidade entre chineses e estadunidenses, Mearsheimer avalia que os Estados Unidos deverão pôr em prática as mesmas políticas que impediram Japão e Alemanha de consolidarem posições hegemônicas em suas regiões de influência. No campo político, percebe-se uma crescente articulação asiática em torno das políticas chinesas, exemplificadas nas negociações levadas em conjunto por Chineses e Indianos na Rodada de Doha e no cada vez mais desenvolvido relacionamento comercial no continente. Analisando o reflexo do atual *status quo* na esfera esportiva, percebemos ainda os Estados Unidos em situação confortável hegemônica. Mesmo que o crescimento chinês seja galopante no número total de medalhas obtidas - assim como o tem sido seus resultados econômicos -, o índice de medalhas conquistadas pela delegação chinesa ainda é menor que a soma do total dos outros países que compoem sua esfera de influência, diferentemente dos Estados Unidos, que mantém um índice de 50% de medalhas ganhas a mais que seus vizinhos americanos somados. A tendência, no entanto, assim como na política e na economia, é de gradual equiparação de poder, até que se chegue a um cenário insustentável, como prevê Mearsheimer em seu artigo “China’s Unpeaceful Rise”, no qual descreve o provável panorama a ser enfrentado pelos dois países nas próximas décadas (MEARSHEIMER, 2006).

A União Européia como um bloco, hoje, demonstra grande poder de influência no mundo. Seus países, na sua maioria possuem alto nível de desenvolvimento e possuem

relevante poderio militar, como a França, a Alemanha e a Grã-Bretanha, as três principais potências do bloco. O reflexo apresentado é um desempenho conjunto nas olimpíadas que nunca baixa das 300 medalhas, num universo de 27 países-membro do bloco. Deste espectro, o melhor desempenho individual do bloco foi o da Alemanha recém unificada, e dessa forma ainda com vestígios dos investimentos da época da Guerra Fria, em 1992, com 82 medalhas. Na edição de 2008, em Pequim, os três países citados foram os maiores medalhistas recebendo, respectivamente, 40, 41 e 47 medalhas no total.

Exatamente como na esfera política internacional, quando atuam como um bloco unificado, como nas negociações da Organização Mundial do Comércio principalmente, os países europeus demonstram resultados expressivos também na esfera esportiva. Quando analisados em separado, como Estados soberanos ou Comitês Olímpicos Nacionais, muitos mostram grandes resultados, mas nunca atingem o status de líderes únicos, de hegemônicos. A historicamente multi-polarizada Europa apresenta grandes resultados políticos quando atua em bloco, discurso que incentiva parte da academia a incentivar um projeto de unificação supranacional. A realidade, contudo, apresenta uma situação diferente. Nenhum dos países se vê disposto a abrir mão de sua soberania e relevância individual na balança de poder.

Outros relevantes atores das relações internacionais, como o Brasil, apostam em belos desempenhos nos Jogos Olímpicos. De um país que nunca passava das marcas de 10 medalhas, as delegações brasileiras, desde 1996, não voltam retornam a seu país de origem sem ao menos uma dezena de medalhas. Desconsiderando o futebol, esporte símbolo brasileiro, o país tenta marcar uma posição de destaque na esfera esportiva internacional, em concordância ao que o governo brasileiro busca, gradualmente, ao aumentar a sua relevância no cenário político internacional. Considerado atualmente uma potência regional na América do Sul, por seu caráter de líder regional nas negociações e controvérsias internacionais, pelo tamanho de seu território e pelo desempenho econômico estável nos últimos anos, o Brasil mantém nos Jogos Olímpicos uma confortável posição de grande medalhista latino-americano. Historicamente o país é somente superado por Cuba na região, especialmente devido ao grande investimento do governo cubano no esporte como formação pessoal. Analisando o que é considerada sua esfera de influência, nos Jogos Olímpicos de Pequim, o Brasil obteve quatro medalhas, no total, a mais que todos os seus vizinhos sul-americanos somados. Relevando o grande investimento brasileiro no esporte, e o ainda incipiente desenvolvimento desta área nos outros países do continente, o status de líder regional que ostenta o Brasil fica demonstrado também no quadro de medalhas dos Jogos Olímpicos.

Existem sempre, claro, algumas exceções às constatações baseadas em uma teoria. Alguns países emergentes, como a Índia, apresentam desempenho fraco em importantes competições esportivas internacionais. O México e a Argentina, dois países tidos, ao lado do Brasil, como referências na América Latina, também podem ser citados como pouco expressivos na história dos jogos olímpicos. Mas a tendência geral, como acima apresentado, é que o sistema internacional esteja bem retratado nos resultados finais dos Jogos Olímpicos.

### **Eventos Conjunturais Históricos e seu Impacto na Esfera Esportiva**

Se por um lado os Jogos Olímpicos e seus resultados apresentam de forma muito próxima um reflexo da estrutura do sistema internacional de nações, segundo a teoria neo-realista, estes podem deixar de exemplificar marcos conjunturais importantes para as relações internacionais. Mesmo que geralmente estes acontecimentos não resultem em mudanças sistêmicas, eles são catalisadores de ações externas dos governos nacionais, e dessa forma, causam efeitos sentidos em todas as esferas mundiais. A arena esportiva, por sua vez, se transforma em palco para estes eventos ou suas conseqüências.

Durante o século XX, o mundo observou duas grandes mudanças sistêmicas. A primeira, ao fim da II Guerra Mundial, instaurando a Guerra Fria ao passo que dava início ao período da Pax Americana. A segunda mudança paradigmática das relações internacionais foi a desarticulação da União Soviética ao final da década de 1980. Nos três grandes sistemas vividos durante o século XX, sempre houve acontecimentos relevantes para o mundo e as relações internacionais. Em tempos de normalidade no sistema internacional, a teoria neo-realista de uma maneira bem aproximada explica as diversas relações entre os atores na determinada estruturação sistêmica apresentada. Por vezes, contudo, a teoria ocorre por não ser capaz de compreender certos eventos, ou melhor, inapta a prever certos episódios. Convencionaremos tais eventos como marcos conjunturais históricos, que tendem sempre a ter certa influência temporal nas atitudes governamentais dos países perante outros atores internacionais, ocasionando, relevando o grau de importância e magnitude do fato, quebras paradigmáticas no sistema internacional que conseqüentemente podem ou não causar mudanças sistêmicas na estrutura do sistema internacional.

Dentre os diversos exemplos destes eventos, serão consideradas tanto ações realizadas por entes públicos, quanto atos praticados por representantes da esfera privada, desde que seja analisada empiricamente a influência comprovada destes no sistema internacional de nações e as relações internacionais. Atentados terroristas, acordos de paz, anseios nacionalistas,

declarações de guerra, pronunciamentos oficiais, visitas oficiais, etc. serão levados em conta nesta categoria de marcos conjunturais históricos.

Ao longo de todo o século XX, o sistema internacional de nações passou por duas grandes quebras estruturais, vivenciando três momentos distintos no relacionamento entre Estados. O período de caos sistêmico que antecedeu as duas grandes guerras mundiais interrompido pelo final dos conflitos e o início do período caracterizado pela dicotomia de poder e a já apresentada disputa pelo status de potência hegemônica entre Estados Unidos e União Soviética, líderes dos blocos capitalista e socialista, respectivamente; seguido do fim da Guerra Fria e a vitória do ocidente, apresentando ao novo século um mundo ainda em busca de uma identidade num longo período de transição (ARRIGHI, 1996).

Por todos estes grandes momentos do século XX, o mundo vivenciou eventos marcantes que abalaram e influenciaram todo um sistema internacional em construção. Esta seção tem por objetivo avaliar a relevância de determinados eventos conjunturais no sistema internacional e o seu respectivo impacto na esfera esportiva, analisando a relação causa consequência nesta comparação.

Os anos 60 e 70 foram marcados pela iminência de um conflito nuclear entre os blocos conflitantes da Guerra Fria. O fim do período da Coexistência Pacífica, em decorrência da primeira derrota militar estadunidense, a instauração do regime socialista em Cuba e da conseqüente Crise dos Mísseis de 1962, trouxe apreensão ao sistema internacional. Um muro agora dividia Berlim em duas, isolando o lado capitalista dentro do território comunista. Diversos acordos entre EUA e URSS foram acertados a fim de evitar uma catástrofe sem parâmetros anteriores no mundo. Embora a Guerra Fria, no que diz respeito ao tão preconizado embate das duas potências hegemônicas, tenha permanecido fiel ao seu nome durante o quase meio século em que perdurou, neste período em questão, até o colapso soviético no final da década de 1980, dois conflitos no continente asiático marcaram a relação entre as duas potências e deram um tom beligerante para a disputa pelo controle político global.

Em 1965, o presidente estadunidense Hubert Humphrey decidiu enviar auxílio militar ao Vietnã do Sul, no conflito em que se opunha aos vizinhos setentrionais comunistas em um conflito militar. Este marco foi decisivo para a continuação da guerra por mais uma década, até a capitulação americana e a assinatura dos acordos de paz em Paris. A selva densa e o despreparo para enfrentar um inimigo bem postado militarmente e com uma estratégia furtiva pesaram para esta que fora a segunda derrota militar dos Estados Unidos durante o período da Guerra Fria.

O reconhecimento da derrota dos Estados Unidos foi precedido de uma grande comoção internacional pelo final da guerra. O ano de 1968, em especial, foi marcado pela discordância entre a opinião pública internacional e a ação dos principais atores envolvidos no conflito. Enquanto os Estados Unidos lançavam a maior operação de combate desde sua entrada na Guerra do Vietnã, na tentativa de por fim a um conflito que já perdurava por um longo e conturbado triênio, uma grande leva de protestos se propagava não apenas em território americano, como também no continente europeu. Nesta época surgiram diversos grupos revolucionários contrários aos tomadores de decisão das duas esferas ideológicas conflitantes, sendo como um dos principais e mais influentes destes atores não governamentais neste período o grupo norte-americano Panteras Negras, que lutava pelo fim da segregação racial nos Estados Unidos e formava uma das mais fortes frentes de oposição à presença militar no Vietnã. Formava-se dessa forma uma onda global de protestos, que teve claramente seu impacto na esfera esportiva.

Durante os Jogos Olímpicos da Cidade do México, dois integrantes da delegação estadunidense apresentaram ao mundo uma das imagens mais marcantes da história olímpica, quando Tommie Smith e John Carlos preparavam-se para receber, respectivamente, as medalhas de ouro e bronze na competição atlética dos 200m rasos. No caminho em direção ao pódio, ambos vestiram luvas negras idênticas às utilizadas pelos Panteras e ao chegar ao pódio, levantaram seus braços, num gesto conhecido como a saudação Black Power, tencionando passar uma imagem deliberada de protesto e apoio à causa negra norte-americana ao mundo. Este poderia ter sido um gesto fadado ao esquecimento e ao descaso, não fossem a repercussão e as graves conseqüências derivadas deste ato.

Ambos os atletas foram expulsos da Vila Olímpica e banidos dos Jogos de 1968, e logo entraram para a história dos jogos olímpicos modernos pela coragem e crença ideológica. Este caso se mostra emblemático pelo fato da esfera esportiva acompanhar a tendência mundial de protestos que se alastrou por todo o ano de 1968, e que apresentou fortes contestações não apenas ao bloco capitalista ocidental, mas também cresceram as divergências no lado comunista, atingindo o ápice no marcante e violento episódio da Primavera de Praga, na Tchecoslováquia. Ficou também comprovada a existência de um claro interesse e respeito Estatal perante a instituição olímpica, pois somente um evento que pudera ser capaz de influenciar a opinião pública internacional obteria tamanha preocupação em banir protestantes como forma de inibir a possibilidade deste ato se transformar em um catalisador para ações globais de maior potencial.

O final da década de 1970 se aproximava e os anos 80 surgiam com o advento de uma nova conjuntura internacional se apresentava no cenário da Guerra Fria, com o surgimento de planos maiores que envolviam a conquista do espaço e a possibilidade verídica de um conflito agora sem fronteiras entre as duas potências. Neste panorama, no ano de 1979, a União Soviética lançou uma frente militar para invadir e controlar o Afeganistão sob o pretexto de apoio ao governo comunista do país, no entanto os planos também envolviam a obtenção de um melhor posicionamento na complicada disposição geopolítica do Oriente Médio. Tal atitude foi repudiada fortemente pelos Estados Unidos, que consideravam a invasão como uma mudança na conjectura internacional da época. Estes dois fatores marcaram uma mudança na estrutura de relacionamento entre as duas potências, e deu início ao período convencionado como nova Guerra Fria, que pela última vez instaurara o medo da guerra nuclear entre as duas potências no seio da sociedade civil mundial. A estratégia americana, no entanto, possuía um viés relacionado à esfera econômica que derivaria na contenção de regimes revolucionários em áreas de sua esfera de influência.

Essa nova Guerra Fria consistia [...] no seguinte: os Estados Unidos movem uma corrida armamentista que os coloca em superioridade estratégica sobre a União Soviética, abalando paralelamente a economia desse país [...] (VIZENTINI, 2007).

Este novo esquentamento das relações entre os blocos polarizadores antagônicos do sistema internacional da época, capitalista e soviético, teve um reflexo muito marcante na esfera olímpica. Os Jogos de Moscou e Los Angeles foram palco dos dois maiores boicotes já presenciados na história olímpica, ainda que não tenham sido os primeiros. Por decisão do recém empossado presidente Jimmy Carter, em resposta à invasão soviética no Afeganistão, o Comitê Olímpico dos Estados Unidos não enviou delegação para os jogos de Moscou em 1980, decisão seguida por outras 59 nações. Na edição seguinte, foi a vez do bloco comunista se negar a participar dos Jogos, desta vez com menor grau de influência e impacto no sistema internacional, já que ainda assim estes foram os Jogos com maior número de nações representadas na história até aquele momento.

A atitude governamental que se transferiu para a esfera esportiva apresenta um reflexo muito importante do tema neste trabalho abordado. Antes de ser uma decisão de não enviar atletas ao maior rival político-militar, o presidente Jimmy Carter avaliou precisamente as conseqüências do boicote. Ter mais de 45 nações se juntado oficialmente à causa ideológica norte-americana foi seu grande feito, entre elas Japão e Canadá. Outros países, como França e

Grã-Bretanha, apoiaram Washington, mas não se recusaram a enviar atletas, apenas deixaram a cargo deles a decisão de disputar os Jogos ou não. O Movimento olímpico foi de fato prejudicado pela desistência, mas a hegemonia estadunidense se consolidara nas bases de sua fundação: a articulação de uma esfera de influência sólida dependente de sua potência hegemônica, os Estados Unidos.

Talvez o acontecimento com maior conexão entre esporte e política internacional tenha ocorrido em 1972, nos Jogos Olímpicos de Munique. Quando já haviam transcorrido onze dias desde a abertura das competições, no dia 5 de setembro, a invasão e o conseqüente seqüestro de integrantes da delegação israelense deixaram a comunidade internacional em choque. Após a identificação do grupo terrorista árabe Setembro Negro como responsável, iniciaram as negociações de liberação dos reféns. O plano de escape dos terroristas envolvia um ônibus de traslado ao aeroporto e um avião que os transportasse para fora da Alemanha em segurança. Ao final, talvez por precipitação ou péssimas decisões tomadas, o resultado que se apresentou foi a morte de todos os envolvidos no seqüestro e uma tragédia que comovera todo o mundo. A partir deste episódio presenciado na esfera esportiva, iniciaram-se ações de represália comandadas pelo Estado de Israel contra os responsáveis pelo atentado.

Os eventos acima apresentados apresentam uma impossibilidade de identificar uma tendência na análise de causa e efeito nesta relação entre esporte e eventos conjunturais históricos. Nem mesmo uma análise qualitativa para verificar em que acontecimentos as repercussões e impactos na estrutura do sistema internacional de nações são maiores, seja quando a esfera esportiva serve de palco para fatos posteriores a eventos conjunturais que afetam as relações internacionais, seja naqueles em que o esporte é a ferramenta utilizada para realização destes eventos. Empiricamente, identifica-se uma maior freqüência nos casos em que o esporte apresenta de fato um reflexo dos acontecimentos verificados na esfera política mundial, mas não foram poucas as vezes em que a arena esportiva desencadeou efeitos políticos internacionais por episódios nela ocorridos.

Outra conexão identificada entre as diferentes conjunturas observadas ao longo do século XX e a esfera esportiva é a escolha do país a abrigar os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo. A popularização e consolidação dos eventos esportivos internacionais trouxeram uma grande disputa entre os países para ter a possibilidade de abrigarem as duas maiores competições esportivas do mundo, aquelas que, por prenderem a atenção de uma maior parcela da população mundial, poderia servir de divulgação externa dos feitos de um país. Dessa forma, momentos cruciais do sistema internacional se viram transportados para a escolha de que cidade sediaria determinada edição dos Jogos ou da Copa. Mesmo que a

decisão final esteja sempre a cargo da entidade responsável pela coordenação dos eventos, pode-se perceber certo direcionamento e relevância nas escolhas das cidades.

Assim posto, os Jogos de 1936 pareceram encomendados por Hitler, como uma forma de mostrar ao mundo a superioridade da raça ariana, dado o plano do Reich de atletas alemães superarem seus concorrentes nos maiores e mais nobres eventos dos Jogos. O plano em geral foi bem executado, tendo a Alemanha obtido um crescimento muito considerável no número de medalhas obtidas em comparação à edição anterior, chegando ao topo do quadro de medalhas ao final das competições. No entanto, a imagem da supremacia alemã foi impossibilitada quando da vitória do negro Jesse Owens nas mais prestigiadas competições do atletismo, entre elas os 100m livre e o salto em distância. A imagem que o mundo assistiu na Berlim de 1936, com um americano ocupando em primeiro lugar, um japonês e um alemão - saudando seu soberano com o braço direito estendido – ocupando as posições logo abaixo, preconizaria o que a comunidade internacional mais tarde veria como resultado da II Guerra Mundial.

Da mesma forma, a recente edição olímpica de 2008 serviu como uma grande propaganda para o comunismo moderno chinês, assim como ocorreram os Jogos na União Soviética e nos Estados Unidos no início da década de 1980, logo após a retomada da tensão em nível máximo na Guerra Fria. A escolha do país anfitrião da Copa do Mundo também influencia os governantes a pressionarem pela nomeação de seu país. Em 1978, na Argentina, os militares precisavam de algum elemento que consolidasse o regime ditatorial naquele país instaurado. E como resultado de um grande lobby político brasileiro, a FIFA designou o Brasil para sediar os Jogos de 1914, ficando o Brasil na esperança de que possa consolidar uma posição de maior prestígio político durante os anos de preparação.

O século XX pode ser considerado como um século marcado pelo caráter bélico. Foram inúmeros conflitos armados entre nações, das mais diversas naturezas. Guerras por territórios, revoluções nacionalistas, conflitos ideológicos e embates de escala global. Destes marcantes acontecimentos das relações internacionais, foram identificados dois reflexos corriqueiros na esfera esportiva mundial. Primeiramente a iminência de rivalidades nacionalistas entre os países que se digladiaram na esfera político-militar, transferindo os espólios de conflitos armados ou ideológicos para a arena esportiva. Em segundo lugar, a interrupção das atividades esportivas em decorrência das guerras, tanto no cancelamento de eventos, quanto no não envio de representações nacionais para a disputa de competições.

Talvez o confronto mais disputado e complexo em uma Copa do Mundo seja a disputa entre argentinos e ingleses. O grau de rivalidade que este embate clássico atingiu supera



qualquer outro, principalmente pela sua transgressão da esfera esportiva. Sempre que estas duas seleções entram em campo para que seja disputada a continuidade na maior competição do mais popular esporte, o mundo pára e assiste não a um jogo, mas uma continuação da guerra iniciada nos anos 80. Naquela época, os regimes ditatoriais em toda América do Sul começavam a ser questionados pela população nacional e pela comunidade internacional, não sendo de forma alguma diferente na Argentina. Diversas ações foram tomadas pelo governo militar, mas a de maior significância e impacto foi a tentativa de retomada de soberania sobre as Ilhas Malvinas<sup>4</sup>, um dos tantos territórios ultramarinos da Grã-Bretanha. Ao final do rápido confronto, a assimilação da derrota argentina significou não apenas o fracasso militar e a morte de cerca de 900 nacionais, mas principalmente a percepção de isolamento diplomático vivenciado durante o embate, caracterizado pela decepção dos militares quando perceberam que seus principais parceiros nas Américas, Estados Unidos e Brasil, não oficializaram apoio ao governo argentino.

A rivalidade política foi transportada para o futebol logo na edição seguinte da Copa do Mundo, no México em 1986, quando os argentinos liderados por Diego Maradona superaram os ingleses e inflaram de orgulho uma população humilhada pelas derrotas e submissões perante a ditadura militar. Desde então, o confronto ocorreu nas Copas de 1998 e 2002, remexendo o passado e antigas rivalidades da mesma maneira como naquele jogo realizado em solo mexicano, ocorrido quatro anos após a Guerra das Malvinas.

Outro famoso episódio de Copas do Mundo ocorreu na última edição da década de 1990, e não envolveu nenhuma potência mundial futebolística sul-americana ou européia. Após o fim da Guerra Fria, durante a década de 1990, os Estados Unidos identificaram novos inimigos. O alvo principal foi o Oriente Médio, em especial Afeganistão, Iraque e Irã. O primeiro por ser considerado por Washington abrigo da rede terrorista Al-Qaeda e seu líder Osama Bin Laden. Iraquianos e iranianos eram, por sua vez, identificados como regimes extremistas que violavam as noções de direitos humanos em seus respectivos territórios e representavam uma ameaça à manutenção da paz na região. O confronto militar direto contra o Iraque ocorreu já no início da década em represália à invasão de Saddam Hussein ao Kuwait, na primeira Guerra do Golfo. O Irã, mesmo duramente criticado, nunca teve seu território invadido pelos EUA em decorrência de uma declaração de guerra. O sentimento de animosidade política e forte contrariedade às ações internacionais do regime islâmico imposto por Teerã foram mantidos por todo o decênio.

---

<sup>4</sup> Falkland Islands, de acordo com a denominação oficial britânica.

Foi quando no ano de 1998, durante a primeira fase da Copa do Mundo da França, Estados Unidos e Irã se enfrentaram no campo. O que anteriormente ao jogo foi lidado com precaução e cuidado pelos organizadores e a mídia internacional se tornou o que foi considerado o primeiro “Jogo da Paz” na história do futebol. A partida terminou com uma vitória dos iranianos por dois gols contra um dos americanos, mas o exemplo dado ao mundo foi o respeito e espírito esportivo mostrado pelos jogadores de ambas as nações. Ainda que pouco tenha influenciado as tomadas de decisões de seus governantes, o jogo serviu como um bom reflexo da intolerância e preconceito que a opinião pública tem perante diferentes culturas, quando o que era analisado previamente como uma transposição da guerra diplomática para o campo de jogo, se transformou num exemplo para os governantes de todo o mundo.

De diferente natureza, talvez um dos maiores impactos de conflitos bélicos na esfera esportiva tenha ocorrido na primeira metade do século XX. As duas grandes guerras mundiais mostraram ao mundo os reais efeitos que um conflito de escala global pode trazer, desde danos sociais, como a morte de milhares de civis independente de sua nacionalidade, extermínios e genocídios, passando por reviravoltas políticas, como a completa alteração da corrente balanço de poder e o advento de novas hegemonias, até grandes crises econômicas, locais, regionais e internacionais. E da mesma maneira como nos outros exemplos acima mencionados, as consequências dessas guerras também são refletidas na esfera esportiva, porém nestes casos, de uma forma negativa e cessante.

A deflagração da primeira Guerra Mundial ocorreu dois anos após a realização da quinta edição dos jogos olímpicos modernos, causando a interrupção do ciclo olímpico em sua metade. Os Jogos de 1912 aconteceram na cidade de Estocolmo, capital da Suécia, e marcavam o início da consolidação do movimento na sociedade mundial. Pela primeira vez na história os cinco continentes eram representados com delegações nacionais e o número de comitês nacionais inscritos havia crescido 27% com relação à edição anterior. A difusão da guerra pelo continente europeu, no entanto, obrigou os organizadores dos Jogos a interromperem as olimpíadas. Apesar disso, dois anos após o fim da guerra, o movimento olímpico voltou a prender as atenções mundiais e pôde, pela primeira vez, lançar uma mensagem de esperança e paz entre os povos. Durante os Jogos Olímpicos da Antuérpia, na região belga dos Flandres envolvida no conflito armado, em 1920, foi apresentado um dos símbolos modernos da humanidade mais populares e difundidos na população mundial: a bandeira olímpica unindo os cinco continentes, na imagem dos anéis olímpicos interligados.

Foi nesta edição também que o mundo presenciou pela primeira vez o lançamento de pombas brancas em pedido pela paz mundial.

Apesar do exemplo dado pela esfera esportiva, vinte anos, sete ciclos olímpicos e três Copas do Mundo de futebol separaram a primeira da segunda Grande Guerra Mundial, esta em escalas ainda maiores e com baixas de proporções naquela época inimagináveis. Nem mesmo a consolidação e popularização destas competições esportivas internacionais foram capazes de impedir sua interrupção. A mensagem de paz e harmonia entre os povos lançada pelo movimento olímpico daria lugar, mesmo com o final da guerra, ao clima de tensão e rivalidade da Guerra Fria, representado logo nos jogos de Londres em 1948 com o boicote dos derrotados Japão e Alemanha e da vitoriosa União Soviética.

Da mesma forma como o fizeram na sociedade, na política e na economia, as conseqüências do período contemporâneo mais beligerante e sangrento foram negativas para a esfera esportiva, não apenas pelas interrupções e paralisações, mas principalmente pela mudança de um paradigma. Ainda que continuassem a promover a paz entre os povos, os Jogos Olímpicos passariam toda a segunda metade do século XX caracterizando e por vezes presenciando as rivalidades e disputas do conflito ideológico entre o capitalismo ocidental e o comunismo soviético. Somente com o fim da Guerra Fria este paradigma novamente foi alterado, permitindo a retomada do espírito olímpico em sua totalidade.

Todos estes exemplos de diferentes naturezas e origens mostram a grande relação entre política e os eventos esportivos internacionais. Tanto numa análise macro das relações internacionais e sua estrutura baseada na teoria realista de Waltz e Mearsheimer, quanto numa visão mais direcionada às atitudes individuais de cada ator do sistema internacional e a sua respectiva conseqüência para o mundo. Um evento de característica principal a promoção do esporte, em última análise apresenta um papel muito maior para a sociedade como um todo. Não apenas é uma arena em que o mundo se integra e valoriza os mesmos ideais a cada período de quatro anos, como também é um artifício de promoção da paz entre os povos e palco de protestos que visam alterar o *status quo* da política internacional. Os ideais do barão de Coubertin mais do que nunca continuam vivos. Melhor ainda, evoluíram na medida em que os Jogos, mais do que apenas promoverem o espírito olímpico de superação e integração, representam uma entidade respeitada por entes governamentais e com apelo popular muito mais aprofundado que qualquer outro tipo de organização internacional o teve no mundo. Resta aos governantes e a sociedade internacional melhor utilizarem esta ferramenta importante e poderosa para as relações internacionais

## Nacionalismos

Os fenômenos nacionalistas possuem uma relação muito próxima com o fervor e a paixão que movem populações pelo esporte. Hobsbawm identifica que a arena que apresenta a maior identificação da população com a nação da qual faz parte é a futebolística (HOBSBAWM, 1993). Esta relação é percebida nos mais diversos episódios da história, como na Espanha de Franco, que polarizava os anseios da população nos confrontos entre Barcelona e Real Madri, este patrocinado pelo regime ditatorial, rivalizando com os catalães, alinhados com os ideais democráticos e nacionalistas, que abrigavam a maior parcela da população em sua torcida. As disputas entre católicos e protestantes na Escócia, transportada para o campo de jogo dos embates entre Celtic e Rangers, na Escócia, até os dias de hoje, apresenta da mesma maneira esta analogia, assim como as tendências xenófobas em uma parcela cada vez maior da população européia, como descreve Franklin Foer:

A Europa também mudou por causa da globalização. [...] Antes da guerra, judeus e ciganos [...] carregavam o fardo do desprezo da cultura européia pela alteridade. A chegada de senegaleses, paquistaneses e chineses não dotou o nacionalismo europeu de uma idéia significativamente mais multiétnica de Estado. Mas difundiu o ódio [...]. Pode-se ver isso com muita clareza no estádio de futebol (FOER, 2005).

Mesmo que comprovada essa íntima relação entre o esporte e a política neste tema, a análise de movimentos nacionalistas no seio de Estados soberanos é um tema a ser tratado com cuidado com relação ao seu impacto nas relações internacionais, de acordo com a teoria neo-realista. Assuntos internos tendem a ter pouco impacto na formulação de políticas externas e no andamento das ações governamentais no sistema internacional de nações. Nosso objetivo no trabalho será identificar a relação deste assunto com a teoria neo-realista e os impactos sentidos na estrutura do sistema internacional, assim como o surgimento de eventos conjunturais que tenham relevância para as relações internacionais, para que possamos então apresentar os reflexos presenciados na esfera esportiva. Dessa forma, o estudo empírico e teórico identificou três formas de relação entre as relações internacionais, questões nacionalistas e a esfera esportiva.

O primeiro impacto claramente verificado nas relações internacionais oriundo de movimentos nacionalistas é o surgimento de novos atores no sistema internacional. A divisão de um determinado território em diversos Estados soberanos modifica o equilíbrio de poder

em uma região e afeta a conjuntura de ações em um determinado espaço de tempo, na medida em que novos focos de influência são identificados. O desmembramento da antiga Iugoslava durante os anos 1990 e 2000 exemplifica a turbulenta relação de poder que surge após a multiplicação de países num território antes unificado e polarizado.

A região dos Bálcãs sempre foi considerada como geopoliticamente estratégica para as grandes potências, pela sua posição de controle sobre as rotas terrestres entre o leste europeu e o Oriente Médio. A antiga Iugoslávia, em especial, sempre fora um território de conturbadas relações internas e externas. Por longos anos o país viveu um regime ditatorial comunista, que centralizava as decisões e o poder em um território muito fragmentado em diversas etnias. A partir de 1992, iniciara um movimento de desarticulação iugoslava e o surgimento de novos atores soberanos na região, fruto de revoluções nacionalistas. Tornavam-se independentes Eslovênia, Croácia, Macedônia e Bósnia. Mais adiante, já nos anos 2000, a determinação Iugoslávia deixava de existir, passando o sistema internacional a contar com dois novos Estados, Sérvia e Montenegro, além da ainda turbulenta questão de Kosovo, região vinculada ao país sérvio. A disputa por contar com estes países sob determinada esfera de influência conturba a política da região, em especial a relação entre Washington e Moscou.

Ainda que os movimentos nacionalistas tenham conturbado principalmente as relações políticas nos Bálcãs, a esfera esportiva também foi fortemente impactada com o advento de novos atores. A região é tradicional em esportes coletivos, e apesar da divisão de talentos em diversas seleções nacionais, o que se viu foi uma seqüência de resultados surpreendentes nas principais competições mundiais. As sempre muito disputadas eliminatórias européias para a Copa do Mundo de futebol teve seu nível de dificuldade elevado, ao ponto de países tradicionais como França, Portugal e Holanda não conseguirem vagas para os mundiais de 1994, 1998 e 2002, respectivamente, cedendo espaço para as novas potências futebolísticas Croácia e Sérvia. Os croatas fizeram história em sua primeira aparição em copas, ao derrotarem a Alemanha e Holanda e garantirem o terceiro lugar em 98, na França. A conquista dos atletas inflou a jovem nação de orgulho e ajudou a consolidar o país como novo ator no sistema internacional. O mesmo resultado teve-se quando os sérvios conquistaram a medalha de ouro no vôlei masculino nos Jogos Olímpicos de Sydney, na Austrália em 2000.

O bloco socialista apresentou durante a guerra Fria uma tendência contrária à iugoslava da década de 1990. Enquanto a desarticulação da Iugoslávia apresentou ao mundo novos Estados nacionais soberanos, a União Soviética centralizava em Moscou o poder de decisão de um país que reunia diversas nações sob uma única ideologia. Ucrânios, bielorus-

russos, lituanos e georgianos, entre outros, uniam-se a russos para compor a potência rival aos Estados Unidos na segunda metade do século XX.

A força e a coesão política soviética eram retratadas com exatidão na arena dos esportes internacionais, através do desempenho apresentado nas principais competições esportivas mundiais. Como já apresentado, a União Soviética, desde sua edição de estréia, se tornara uma potência olímpica. O foco nos anseios nacionalistas, entretanto, direciona a discussão para o mundo futebolístico. A delegação soviética nas principais competições do mais popular esporte mundial era basicamente composta por um combinado de jogadores russos e ucranianos, tradicionais nações por sua qualidade na formação de bons jogadores, oriundos dos principais times destas repúblicas, em especial os Dínamos de Moscou e Kiev. Mesmo nunca havendo conquistado uma Copa do Mundo, a seleção soviética obteve grande destaque enquanto existiu, ao vencer uma Eurocopa (torneio que envolve as principais seleções nacionais do continente europeu) e a medalha de ouro nos Jogos Olímpicos de Helsinque. O fim da URSS e a conseqüente divisão das repúblicas soviéticas, ao contrário da Iugoslávia, representaram resultados menos expressivos para todos. O que antes era uma presença garantida em quase todos os mundiais – apenas em 1978 a seleção soviética não se qualificou para a Copa do Mundo-, com a separação e nascimento de novos Estados nacionais, russos e ucranianos penam para se classificarem nas eliminatórias européias, da mesma maneira como na política os países aos poucos se adaptam ao sistema capitalista globalizado internacional, passando de potência hegemônica regional para países em desenvolvimento, de acordo com a avaliação do Banco Mundial. A separação política soviética enfraqueceu a região em igual proporção na política, na economia e no esporte.

Outro aspecto que relaciona esporte, relações internacionais e movimentos nacionalistas é a questão das organizações internacionais. Ainda que não conceba a concessão de privilégios de soberania Estatal a entidades transnacionais, a teoria neo-realista reconhece que o estabelecimento destas para o melhor andamento das regulamentações e acordos estabelecidos pelos regimes internacionais se faz importante (LITTLE, 2008). A maior e mais relevante destas é a Organização das Nações Unidas (ONU), e seus diversos órgãos. Traçando um paralelo com a esfera esportiva, as mais influentes entidades internacionais são a Federação Internacional de Futebol Association (FIFA) e o Comitê Olímpico Internacional (COI). Isso porque, mesmo sendo vinculada ao COI, a FIFA recusa-se, ao contrário das outras federações esportivas internacionais, a ceder seus poderes e subordinar-se a uma entidade maior, uma vez que o futebol, em especial a Copa do Mundo, possui maior popularidade, apelo popular internacional e lucro econômico que os Jogos Olímpicos.

Nesta comparação de organizações esportivas, percebemos uma contradição importante. A ONU reconhece um número menor de Estados nacionais que ambos o COI e a FIFA, referidos nestes como comitês nacionais e federações nacionais, respectivamente. A tabela 2 apresenta as principais diferenças na composição dos membros destas três organizações, levando em consideração que países não citados são membros oficiais de todas. A primeira coluna apresenta os países que não são representados na ONU e o são na FIFA e no COI, a segunda identifica apenas aqueles vinculados à FIFA e a terceira o contrário, países representados na ONU e no COI, mas não na entidade máxima do futebol mundial.

**Tabela 2**

FIFA e COI	FIFA	COI e ONU
Antilhas Holandesas	Anguilla	Ilhas Marshal
Aruba	Escócia	Kiribeti
Bermudas	Ilhas Faroe	Micronésia
Guam	Inglaterra	Mônaco
Hong Kong	Irlanda do Norte	Nauru
Ilhas Cayman	Macau	Palau
Ilhas Cook	Montserrat	Tuvalu
Ilhas Virgens Britânicas	Nova Caledônia	Reino Unido / Grã-Bretanha
Palestina	País de Gales	
Porto Rico	Taiti	
Samoa Americana	Turks and Caicos	
Taiwan		
Ilhas Virgens		

Fonte: COI, FIFA e ONU (2008)

A principal parcela da diferença entre os países-membro da principal organização internacional política e os das duas principais entidades esportivas encontra-se em pequenas ilhas subordinadas a Estados nacionais, como é o caso da maioria dos territórios ultramarinos da Grã-Bretanha - entre eles Anguilla, Bermudas, Ilhas Cayman e Ilhas Virgens Britânicas -, Estados Unidos e Holanda; nos casos em que a FIFA não reconhece, por pressão das maiores potências do esporte, pequenas nações<sup>5</sup>; ou por Estados não reconhecidos pela comunidade internacional, como a Palestina. As contradições mais relevantes ao tópico em questão, no entanto, representam temas freqüentes na pauta externa de grandes potências do sistema internacional, como os Estados Unidos<sup>6</sup>, o Reino Unido e a China.

<sup>5</sup> Neste caso, ganha importância a figura da New Federations Board, organização que inclui estas pequenas nações não reconhecidas pela FIFA, como Mônaco, e Chipre do Norte.

<sup>6</sup> Porto Rico tem sido um protetorado estadunidense desde que cedido pela Espanha em 1898, mantendo um status de Estado Livre Associado após a rejeição da vinculação e transformação em 51º estado federado, em 1998. A independência e a soberania nacional são, porém, restritas. Um dos poucos resquícios de identificação nacional na ilha é o esporte, mesmo sendo pouca a relevância da nação em eventos internacionais.

O caso britânico é curioso pela sua peculiaridade. Ainda que tenham diferente nomenclatura, a união de nações possui a mesma composição tanto no COI, quando assume a denominação Grã-Bretanha, quanto na ONU, referida pelo nome oficial Reino Unido, reunindo ingleses, escoceses, galeses e norte-irlandeses sob uma única bandeira. Na FIFA, porém, cada país possui uma respectiva federação nacional vinculada à entidade máxima internacional. Dessa forma, Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte disputam uma grande rivalidade na arena futebolística, remexendo as paixões nacionalistas presentes nas ilhas e sufocados pela submissão à coroa britânica. Toda a disputa, contudo, pouco representa resultados. Das quatro seleções, apenas a Inglaterra venceu uma Copa do Mundo de Futebol, em 1966, quando organizou o evento, e em apenas uma edição as todas as quatro estiveram representadas na Copa. Os Jogos Olímpicos de Londres, em 2012, trarão um ingrediente a mais nesta situação, já que, na condição de país-sede, a Grã-Bretanha terá de enviar esportistas para representá-la em todos os eventos, incluído o futebol, ainda que não seja representada no esporte desde os jogos de 1960, e não conte com o apoio de escoceses e galeses para sua composição.

O mais conturbado exemplo desta diferença no número de países-membro acontece no âmbito da política externa regional da China. Macau e Hong Kong, consideradas regiões administrativas do governo central chinês, mantêm representações esportivas separadas, ainda que irrelevantes, e a previsão é que não mais o tenham quando finalizar o prazo de 50 anos concedido para a total subordinação, a partir da retirada portuguesa e britânica das duas ilhas, respectivamente.

O histórico das relações China-Taiwan conduz ao ano de 1949, quando Chiang Kai-Shek e o Kuomintang declararam serem os verdadeiros representantes do Estado chinês. O reconhecimento das três organizações analisadas afastou a China continental do âmbito destas até a reaproximação, entre as décadas de 1970 e 1980. Hoje em dia, mesmo não se declarando independente, Taiwan considera-se um Estado separado da República Popular da China. A China, por outro lado, nunca descartou a possibilidade de unificação à força. Taipei exige a renúncia chinesa quanto ao uso da força e, em contrapartida, Pequim exige a renúncia taiwanesa ao direito de independência. De certa forma, a conjuntura atingiu um status de equilíbrio. De fato, facilmente modificável, porém, até certo ponto estável, uma vez que o governo chinês declara que só fará uso da força no momento que Taiwan declarar sua independência, e o governo taiwanês, por sua vez, afirma que somente declarará independência quando a China utilizar a força. No cenário internacional, porém, restou a



Taiwan apenas a esfera esportiva, visto que desde o reingresso da China continental na ONU, a ilha foi excluída da entidade.

O último exemplo identificado como na relação da questão nacionalista com as relações internacionais e a esfera esportiva está na contestação à ordem imposta. Neste ponto, dois exemplos históricos são trazidos à tona. O primeiro deles nos remete à Ucrânia invadida por alemães na II Guerra Mundial, quando jogadores do Dínamo de Kiev, mantidos como prisioneiros de guerra, juntaram-se e demonstram no campo de futebol toda resistência e paixão de um povo em uma série de vitórias que culminou no feito sobre a equipe da Luftwaffe (DOUGAN, 2004). O segundo quando da histórica partida na Copa do Mundo de 1974, entre as duas Alemanhas, considerado por Coelho o 39º maior confronto da história das copas (COELHO, 2006). No estádio, as duas torcidas se juntaram sob um único canto em apoio à nação alemã, num gesto de repúdio à divisão imposta pelos anos de Guerra Fria e embate ideológico entre capitalistas e soviéticos. Este, contudo, contém um menor grau de impacto na esfera política internacional, por não representar a posição oficial dos países envolvidos e envolver principalmente a opinião pública internacional em seu impacto.

## 2. Utilização da Esfera Esportiva como Ferramenta Política Internacional

Identificado o reflexo das relações internacionais no esporte, através de suas três principais variáveis, sistêmica, conjuntural e de caráter nacionalista, o presente estudo se direciona para as formas com que os Estados nacionais fazem uso desta relação em sua atuação na esfera internacional. Durante todo o século XX, como analisado anteriormente, o esporte teve seus maiores eventos mundiais convergindo com grandes manifestações políticas globais. Isto se deveu, em especial, à atenção e prioridade dada por governantes ao tema. Este capítulo visa esclarecer as razões pelas quais este tipo de decisão é tomado com relação a um fenômeno por muitos analisado como supérfluo na sociedade moderna, uma vez que não cria riqueza, não atrela poder de fato e, em uma visão pragmática, não pode ser considerado nada além de uma mera atividade humana ligada ao lazer.

[...] a grande maioria dos governos contemporâneos, independentemente de serem democráticos ou não, tem hoje programas que determinam metas e objetivos para o esporte internacional para aprimorar seu sucesso e prestígio. [...] Pode ser difícil para que todos consigam o que querem, mas o jogo de prestígio está longe de ser um jogo de soma zero (ALLISON, 2008).

Para que as decisões governamentais sejam analisadas caso a caso, primeiramente se fará necessário constatar a ligação das variáveis apresentadas no capítulo anterior com a criação de políticas no seio dos países. Por isso, são trazidos à tona os conceitos de políticas de Estado e de Governo, no intento de conectá-los às já apresentadas formas de manifestação do reflexo das relações internacionais no esporte. Estes dois conceitos estão diretamente ligados à noção temporal de curto, médio e longo prazo e a identificação de aplicação conjuntural ou sistêmica. Os objetivos que procuram os formuladores de política no momento da tomada de decisão determinarão a real profundidade de suas ações, logo nesta mensuração do alcance planejado residem os conceitos de Política de Estado e de Governo, uma vez que esta é norteadada por motivos momentâneos, de impacto conjuntural tanto internamente, quanto internacionalmente, e aquela se caracteriza pelo caráter contínuo e duradouro de sua prática, perpetuando seus resultados independentemente da gestão no governo do país.

A primeira seção do capítulo anterior apresentou o reflexo da caracterização estrutural da comunidade internacional e do equilíbrio de poder atingido em uma determinada época sistêmica vivenciada durante todo o século XX nos Jogos Olímpicos modernos. Esta variável

é aplicada neste estudo como determinante na aplicação de políticas governamentais de médio e longo prazo ligadas ao esporte, objetivando um maior impacto e relevância internacional, realizadas por meio de Políticas de Estado. O benefício oriundo de um contínuo bom desempenho em competições esportivas internacionais, absorvido ao longo do tempo no seio da sociedade civil, somente é possível de ser atingido quando são levadas a cabo ações Estatais que visam o desenvolvimento gradual do movimento olímpico dentro de um país. Contudo, para que o universo esportivo doméstico seja alvo de incentivos públicos, ele deverá estar inserido em um planejamento de atuação política Estatal, retratado em um projeto de governo de longo prazo que objetiva atender demandas sociais, econômicas e político-ideológicas. O esporte poderá, dessa forma, servir como ferramenta para a assimilação e aceitação de um regime de governo em um determinado país, demonstrar ao mundo a força e poder de uma nação, ou refletir a influência política que certos atores possuem.

[...] a ampla tendência de atrelar um valor simbólico à vitória na competição. A vitória se torna politicamente significativa, como uma indicação de superioridade nacional e prestígio. Por outro lado, a derrota é um símbolo de inferioridade nacional e causa de vergonha (PADDICK, 1986).

Conseqüentemente, a noção de eventos conjunturais e seu impacto na esfera esportiva serão catalisadores para a formulação de Políticas de Governo, propositadas a atender novas demandas surgidas em meio às correntes relações presenciadas em uma determinada época. Surgem desta verificação decisões pontuais que afetam a esfera esportiva em decorrência de eventos que superam a barreira das relações esportivas, ou ações governamentais que se seguem a fatos ocorridos em eventos ligados à esfera esportiva.

Em seguida, neste capítulo, serão apresentadas três formas de atuação dos governos para utilizar a esfera esportiva como uma ferramenta em favor da formulação e aplicação de sua política externa e o impacto por ela causado na comunidade internacional e, por conseguinte, na corrente conjectura sistêmica e no equilíbrio de poder.

Primeiramente, a identificação do esporte como agente de auxílio na inserção e consolidação do país no sistema internacional, como nos exemplos paradigmáticos a serem analisados neste capítulo. São apontados os casos presenciados durante as quatro décadas de Guerra Fria, em especial nos Estados Unidos, União Soviética e em Cuba, além daqueles ocorridos nos regimes ditatoriais da América do Sul entre as décadas de 1970 e 1980. Também será apresentada a influência Estatal requerida na escolha do país a sediar os Jogos

olímpicos e a Copa do Mundo de futebol, e a atual mudança geopolítica no sistema, com a gradual ascensão chinesa concomitante ao desafio de manutenção da hegemonia estadunidense e a perda de influência russa trazendo impactos diretos na formulação de políticas ligadas ao esporte dentro destes países.

O próximo meio político para o qual o esporte serve de instrumento é a sua direta utilização na política externa nacional, identificado neste estudo na reaproximação política entre EUA e China na década de 1970, iniciada pela ida de mesa-tenistas americanos à Pequim, e na presença militar brasileira no Haiti, liderando as tropas da ONU em missão de paz, quando uma partida amistosa entre as seleções nacionais de futebol destes dois países foi agendada com o intuito de apaziguar as manifestações sociais contrárias a ocupação e integrar a população ao ideal preconizado pelas Nações Unidas. O esporte, neste ponto analisado, mais do que um fim para a aplicação de políticas públicas, serve como um elemento ativo na realização da política externa de governos nacionais.

Por fim, identificou-se o esporte como uma útil ferramenta de pressão política na comunidade internacional, seja na idéia de atletas realizando manifestações, ou na figura ativa de governos ligados diretamente a protestos internacionais na arena esportiva. Importante ressaltar neste último caso, no entanto, que o ator por trás desta manifestação determinará a real profundidade que este ato atingirá a esfera política internacional. Sempre que agentes Estatais forem ativamente envolvidos na ocorrência de exemplos de utilização do esporte como instrumento de influenciador da opinião pública mundial, a ação tende a causar maior impacto global.

Os casos estudados e os exemplos apontados neste capítulo podem ser caracterizados como simbólicos e paradigmáticos para a análise do impacto causado pelo fenômeno do reflexo das relações internacionais no esporte na utilização deste como ferramenta de política internacional na pauta os governos nacionais a partir da consolidação das principais competições esportivas mundiais. Muitos dos episódios não relatados neste estudo, que apresentam as mesmas conexões aqui identificadas, serão relacionados e rotulados entre as três formas de utilização do esporte como ferramenta política internacional que serão a seguir abordadas. Ainda que alguns autores apresentem outras formas de utilização do esporte como ferramenta política internacional, estas não são relacionadas com ações de atores Estatais, e dessa forma, desconsideradas pela abordagem neo-realista presente neste trabalho. A seguir, analisaremos apenas as maneiras que os Estados podem se beneficiar por meio de políticas que envolvam a esfera esportiva.

## **Inserção e Consolidação no Sistema Internacional**

Um dos mais presenciados e tradicionais fins preconizados pelos governantes quando da utilização do esporte como ferramenta política é a possibilidade do seu auxílio na inserção ou consolidação do país no sistema internacional, isto é, a capacidade adquirida pelo Estado de propagar uma imagem sua positiva para a sociedade mundial através da esfera esportiva. Para conquistar esta meta, uma das formas mais utilizadas por gestores políticos nacionais é o grande investimento financeiro e político Estatal, direcionado às atividades esportivas, popularmente conhecidos como projetos olímpicos nacionais, nos quais atletas são pagos para ter uma vida de dedicação e esforço ligada ao esporte, sendo cobrados para retribuir esta oportunidade com relevantes resultados em grandes competições esportivas. Outra maneira de concretizar este objetivo é o uso dos bastidores políticos e formas de pressão para conquistar certas regalias para o país, seja com chefes de Estado atuando forte e diretamente para que o esporte em seu país receba os frutos, seja na concessão de certas regalias na esfera esportiva, para que benefícios políticos internacionais possam ser recebidos pelo Estado.

O crescimento dos investimentos Estatais no esporte ocorre em concomitância à consolidação e popularização dos Jogos olímpicos e da Copa do Mundo de futebol e a gradual profissionalização das relações envolvidas na organização dos eventos e entre federações esportivas nacionais e o Estado. Os tempos em que atletas amadores venciam torneios e disputas foram substituídos por uma poderosa indústria que movimenta monumentais quantias monetárias ao redor do mundo. Premiações, produtos licenciados e patrocínios são apenas alguns dos exemplos de como o esporte foi inserido na economia internacional. Alguns países, como o Brasil, fazem uso de leis de incentivo ao esporte para gerar crescimento do investimento nos esportes olímpicos e, assim, garantir o gradual e planejado avanço do país em seu desenvolvimento como potência esportiva. Outros países criam projetos de desenvolvimento esportivo para crianças e jovens, garimpando talentos muito cedo para que os resultados positivos da delegação nacional sejam mantidos por um bom período de tempo.

Embora as movimentações capitalistas tenham influência primordial na utilização do esporte no objetivo de inserir o país internacionalmente, os bastidores políticos também exercem papel muito influente neste quesito. O envolvimento de governantes apoiando diretamente a candidatura de países para abrigarem grandes competições esportivas e o comprometimento com as obras necessárias para tal não seria algo corriqueiramente presenciado caso não surtisse resultados concretos para o gestor e sua administração. A

publicidade adquirida em grandes eventos esportivos serve como justificativa para a utilização de atores governamentais na busca de objetivos ligados meramente à esfera esportiva.

A motivação para apresentar uma candidatura para sediar os Jogos geralmente surge de governos e empresas que os vêem como uma maneira de aprimorar o *status* global da cidade (e do país), levando a oportunidades de negócio, turismo e geralmente promovendo a cidade mundialmente (CASHMAN, 2002).

Durante a Guerra Fria, este panorama foi mais bem desenhado. Tanto Estados Unidos, como União Soviética apostavam em grandes resultados na esfera esportiva como forma de coesão interna em torno de um mesmo ideal. O esporte, ao longo dos anos, desempenha este papel como poucos fenômenos sociais conseguem, por possuírem um caráter de ligação íntima entre a população nacional e o país. A torcida por bons resultados na arena esportiva se reflete em boas vibrações populares e menor nível de confronto perante políticas controversas, dada a identificação e admiração adquiridas no interior da sociedade. Esse era um fator muito recorrente entre as duas potências hegemônicas da segunda metade do século XX. Os dois grandes atores das relações internacionais da época também pensavam no esporte como uma plataforma de promoção dos regimes capitalista, do lado americano, e comunista, do lado soviético.

Como consequência, entre as edições de Helsinque, em 1952, e Barcelona, 1992, dos jogos olímpicos, o mundo assistiu não a eventos de celebração do esporte, mas sim o confronto entre duas grandes ideologias e o pesado investimento no desenvolvimento de atletas. Em apenas uma ocasião, nenhum dos dois liderou o quadro geral de medalhas, mesmo assim a nação campeã foi a Alemanha Oriental, destino de grandes investimentos soviéticos, como anteriormente relatado. Mesmo que no cenário político nunca tenha ocorrido um combate bélico direto entre as duas potências, quando da ocasião de um encontro na arena esportiva, ambas se digladiavam e tornavam o campo de disputa uma verdadeira guerra. A estratégia neste caso utilizada era de aporte pesado de dinheiro no desenvolvimento olímpico de atletas dos dois lados, tanto para esportes coletivos, que transcrevem uma visão de coesão coletiva sob uma bandeira, quanto competições individuais, como natação e atletismo, na tentativa de implicar uma imagem vencedora da nação, no momento em que o atleta atinge o lugar máximo do pódio.

Um dos episódios mais marcantes de disputa entre americanos e soviéticos na arena olímpica ocorreu durante os jogos de inverno de 1980, em Lake Placid, no estado de Nova

York, nos Estados Unidos. Como já mencionado, o comitê olímpico norte-americano não havia enviado delegação para os Jogos de Moscou, do mesmo ano, atendendo a uma determinação política de seu então presidente Jimmy Carter. Muito por isso, os jogos de inverno daquele ano receberam prioridade máxima no meio esportivo e político, ainda mais por acontecer em território ianque, mesmo a versão paralela das olimpíadas não contar com um igual apelo popular internacional<sup>7</sup>. Vitórias em casa sobre os rivais comunistas significariam uma demonstração de força e poder para toda uma nação recém saída de um turbulento período de contestações sociais na década de 1970. Apesar do *status* de favoritos para a partida decisiva e a medalha de ouro, os soviéticos – mais fortes, melhor treinados e superiormente qualificados – não foram capazes de manter as expectativas internacionais e foram superados pelos americanos. A surpreendente vitória estadunidense rendeu à partida o apelido de “Milagre no Gelo”, tamanha a dramaticidade da vitória, conquistada por quatro gols a três. A euforia de um lado, e a decepção de outro, exemplificaram bem o impacto que uma vitória – ou uma derrota – causavam naquela época. Os atletas que representavam Moscou gozavam de um estilo de vida superior ao vivenciado pela maioria da população do país, mas eram cobrados a apresentarem resultados condizentes a esse nível de renda (RIORDAN, 1993). Na ocasião dos 25 anos da rede de televisão americana ESPN, a partida foi considerada o grande momento do esporte no período entre 1979 e 2004. Mesmo que a URSS tenha vencido os jogos com um desempenho superior nos demais eventos, a demonstração de coragem e intensidade transmitida pelos atletas norte-americanos naquele confronto no gelo inflou o orgulho de toda uma nação, passou uma imagem de poderio que possuía o país e trouxe maior legitimidade popular às ações internacionais governamentais, como o projeto de conquista do espaço.

Outro importante ator da época da Guerra Fria fazia uso do esporte como forma de promoção nacional, embora o fizesse com objetivos distintos que as duas grandes potências. Fidel Castro implantou em Cuba um projeto de desenvolvimento esportivo que serve de exemplo até os dias de hoje às outras nações com pretensões olímpicas.

O Modelo Cubano tem em seu núcleo a crença fundamental no valor da Educação Física (EF) e do Esporte como ferramentas para um desenvolvimento humano e nacional. Ele prevê que a EF e o Esportesirvam para desenvolver as dimensões social, mental, física e intellectual do indivíduo; e ao fazê-lo permite que indivíduos contribuam ao desenvolvimento do Estado (Sem autor, 2003).

---

<sup>7</sup> Na edição de Lake Placid de 1980, participaram dos Jogos apenas 37 nações, em contraste às 81 que participaram dos jogos de verão em Moscou, no mesmo ano, apesar do grande boicote capitalista.

Ainda que mantivesse os atletas num regime de treinamento amador, visto que todos possuíam emprego em outras áreas da economia socialista da ilha, os resultados que os cubanos traziam de retorno surpreendiam o mundo. Todo cidadão cubano recebia treinamento para um determinado esporte, não com o intuito de criar ídolos e grandes competidores, mas na crença de que através do esporte eles seriam capazes de receber a educação e a disciplina requeridas em um regime de governo contrário ao *mainstream* do continente americano. E este tratamento dado ao esporte fazia com que os cubanos atingissem um nível de competição extremamente alto, resultando em medalhas nas competições olímpicas, em especial o boxe, esporte mais tradicional do país. Se a imagem passada internamente era de unidade e admiração ao único país latino-americano a desafiar a poderosa potência hegemônica Estados Unidos, externamente Cuba era vislumbrada como uma corajosa nação socialista em meio a um continente dominado pelo pensamento capitalista estadunidense, e grande parte deste idealização era oriunda dos importantes resultados obtidos pelos atletas na arena olímpica.

Para se ter uma idéia dos grandes feitos da delegação olímpica de Cuba nos Jogos olímpicos durante toda a Guerra Fria, mesmo não tendo participado de cinco edições no período, o país foi o terceiro maior vencedor de medalhas do continente, superado apenas por de Estados Unidos e Canadá, e ainda assim superou este – tradicional nação em esportes olímpicos – em duas oportunidades<sup>8</sup>. O desempenho se mantém até hoje, tendo a ilha melhorado seu desempenho com o passar dos anos, ocupando até os jogos de Pequim a segunda colocação no quadro de desempenho do continente em olimpíadas, seguindo a metodologia apresentada no primeiro capítulo, que utiliza o número total de medalhas conquistadas pelos países. A tabela 3 apresenta o desempenho das principais potências olímpicas do continente americano a partir dos Jogos Olímpicos de Barcelona – último da considerada época de ciclos olímpicos de investimentos da Guerra Fria. Percebe-se, nesta análise, que a continuidade nas políticas de incentivo ao esporte persiste em trazer bons resultados à ilha, que atualmente vive um período de transição com o afastamento do líder da revolução do poder. Este episódio contextualizou o pior desempenho de Cuba em Jogos desde o final da Guerra Fria, representando uma perda de um grande símbolo de coesão nacional e espírito nacionalista na ilha.

---

<sup>8</sup> Em 1980, o comitê olímpico canadense se juntou ao americano e ao bloco capitalista e boicotou os jogos disputados na capital da URSS.



**Tabela 3**

<b>País</b>	<b>1992</b>	<b>1996</b>	<b>2000</b>	<b>2004</b>	<b>2008</b>	<b>Total</b>
<b>Estados Unidos</b>	108	101	92	102	110	<b>513</b>
<b>Cuba</b>	31	25	29	27	24	<b>136</b>
<b>Canadá</b>	18	22	14	12	18	<b>84</b>
<b>Brasil</b>	3	15	12	10	15	<b>55</b>
<b>Jamaica</b>	4	6	7	5	11	<b>33</b>

Fonte: COI (2008)

O efeito positivo ao regime dominante oriundo de bons resultados na esfera esportiva foi potencializado na América do Sul nas décadas de 1970 e 1980, em especial na Argentina e no Brasil. O futebol, desde sua popularização na região, em meados dos anos 30, sempre fora a paixão nacional dos dois países. Quando ditaduras foram instauradas por todo o continente sul-americano, no final da década de 1960 e início da década de 1970, os militares não tardaram em perceber as relações positivas à legitimação do regime abordadas nesta seção. O apelo popular atrelado ao futebol, principalmente à Copa do Mundo, trazia um sentimento de amor à pátria jamais antes presenciado desde as independências políticas no século XIX, um sentimento nacionalista que se cristalizava na população a partir de eventos na esfera esportiva.

[...] mesmo quando os governos não o encorajam deliberadamente (os brasileiros em 1970 e os argentinos em 1978 podem se juntar à Fidel Castro neste caso), o sucesso individual e coletivo contra adversários estrangeiros pode estimular a consciência nacional, o orgulho e a unidade ao longo de vastos espectros da sociedade [...] (ARBENA, 1986)

Durante a preparação para a Copa do Mundo do México, em 1970, o então presidente brasileiro General Emílio G. Médici pretendia fazer uso dos bons resultados conquistados em campo, aliados ao previsto bom desempenho econômico que resultaria no Milagre, para creditar legitimidade ao ainda fortemente contestado regime militar. Surgiu daí a noção de interferência presidencial na escalação da Seleção<sup>9</sup>, quando o então treinador João Saldanha, que enfrentava uma grande comoção popular demandando sua saída do comando e conseqüente demissão do cargo, enfrentou o poder e se negou a permitir agentes governamentais opinassem sobre o futebol brasileiro sob seu comando.

---

<sup>9</sup> Convencionou-se no mundo futebolístico que time nacional de futebol brasileiro seja chamado apenas de Seleção, devido ao grande respeito e admiração por ele provocado no resto do mundo.

Resistindo por teimosia, ele se sentia cada vez mais enfraquecido e isolado. Sua valentia se transformaria em inconveniência. Quando alguém muito bem relacionado ao governo federal lhe falou de quanto o presidente Emilio Garrastazu Médici apreciava o futebol de Dario, Saldanha respondeu que para seu lugar tinha dois jogadores. E completou: “Quem escala a seleção sou eu. O presidente escala seu ministério”. (Sem autor, 2008).

João Saldanha foi demitido alguns dias após este episódio, e sob o comando de Mario Jorge Lobo Zagallo o Brasil foi campeão da Copa do Mundo de 1970 no México. O feito permitiu aos militares dar continuidade ao projeto da nação brasileira se tornar uma potência mundial, devido à enorme comoção popular e envolvimento sob um ideal – o de o Brasil se tornar o maior do mundo. O desempenho incrível de uma seleção que encantou o mundo também gerou no mundo inteiro uma publicidade ao país nunca antes recebida. Os militares brasileiros no poder puderam, assim, aprofundar seu projeto de governo nacional partindo de um evento acontecido na esfera esportiva.

O caso argentino ocorreu de maneira muito semelhante. Em 1978, o regime militar daquele país, muito mais violento e aterrorizador que o brasileiro, enfrentava graves contestações internas. A disputa da Copa do Mundo na Argentina abriu aos militares a oportunidade de desviar o foco de atenção da população para uma corrente de apoio à nação, e de trazer de volta o prestígio de uma nação em decadência no sistema internacional. A vitória dos argentinos no campo foi muito contestada pelos brasileiros, que alegavam uma armação e compra de jogadores adversários pelos rivais platinos. A conquista do título, no entanto, trouxe ao país que organizara a competição os mesmos sentimentos populares vivenciados no Brasil oito anos antes, talvez até mesmo potencializados pela conquista ter sido atingida no próprio país. Ao mesmo tempo, o título não apenas enfraqueceu momentaneamente as críticas internas ao regime militar, como também possibilitou grande visibilidade externa à Argentina, dado o impacto causado na comunidade internacional. A insatisfação popular com relação às atitudes tomadas pelos militares em continuidade ao que antes praticavam no país, no entanto, logo voltou à tona, tanto que em uma desesperada medida de criar um sentimento artificial de coesão nacional, os militares argentinos se lançaram num confronto bélico contra a Grã-Bretanha pela soberania das Malvinas.

O caso argentino de 1978 também exemplifica outra relação existente na utilização do esporte como ferramenta de inserção política internacional de um país. A possibilidade de se tornar organizar um evento como uma Copa do Mundo ou os Jogos Olímpicos, e com isso

garantir ao Estados os louros da oportunidade de publicidade correlacionada, gira em torno do mundo político (CASHMAN, 2002). Não por acaso, no período de estabilização de um regime ditatorial na América Latina, contando com o apoio estadunidense, a Argentina recebeu o direito de organizar a Copa do Mundo de 1978. Tampouco por acaso, o primeiro país escolhido eleito após a Guerra Fria para sediar os Jogos Olímpicos tenham sido os Estados Unidos, representados pela cidade de Atlanta<sup>10</sup>. Os bastidores do mundo esportivo são corriqueiramente habitados por grandes líderes políticos internacionais, que buscam maior poder de influência nas entidades internacionais esportivas para trazer maiores benefícios nas escolhas e sorteios aos seus respectivos países. Durante a campanha para o lançamento da candidatura do Brasil para organizar a Copa do Mundo de 2014, o presidente Luís Inácio Lula da Silva atuou constante e ativamente nas negociações e apresentações brasileiras à FIFA. E quando o presidente venezuelano Hugo Chávez iniciou um projeto de candidatura a rivalizar o Brasil, respaldado por uma ótima organização da Copa América de 2007, o próprio presidente brasileiro se prontificou a modificar o pensamento e fazer seu colega renunciar a candidatura. No final, a confirmação da realização da Copa no Brasil serviu como mais um ponto na pauta de realizações do presidente trabalhista.

O plano de desenvolvimento chinês também envolveu a realização de um grande evento esportivo em seu solo. Um planejamento que remete ao final da década de 1987, concomitante com a guinada econômica que elevou o país ao nível de grande potência econômica do século XXI.

A Comissão de Esporte e Cultura Física Chinesa elaborou, em 1987, um programa esportivo [...]. A meta esportiva maior pretendia estender a prática de exercícios físicos regulares à metade de sua população por volta do ano 2006. O objetivo político seria impor-se como candidata qualificada para sediar os Jogos Olímpicos de 2008 (VASCONCELLOS, 2008).

O sucesso atingido na organização dos Jogos Olímpicos de Pequim de 2008 apresentou a nova China ao mundo, disciplinada, organizada e forte para se projetar ao *status* de potência hegemônica nos próximos anos. O desempenho econômico galopante foi retratado fielmente por um crescimento vertiginoso no desempenho olímpico do país nas últimas edições. O consentimento governamental da importância da esfera esportiva na busca de maior inserção do Estado no sistema internacional possibilitou a criação de um agressivo

---

<sup>10</sup> Tecnicamente, Barcelona, na Espanha, sediou a primeira edição dos Jogos no pós Guerra Fria, porém sua escolha foi realizada antes do colapso soviético e da queda do muro de Berlim.

projeto de desenvolvimento olímpico, iniciado desde muito cedo entre crianças e adolescentes. Os objetivos de Estado na China para os próximos anos iniciam pela meta de superar os Estados Unidos no número total de medalhas nas próximas edições dos Jogos, e serão completados pela consolidação do país na estrutura política global, além de uma ainda maior relevância no equilíbrio de poder entre as nações.

### **Ferramenta de Política Externa Nacional**

Ao longo de todo o presente trabalho, a esfera esportiva foi analisada numa relação de causa e consequência com relação à esfera política internacional. Eventos ocorridos na arena esportiva se conectavam a fatos marcantes das relações internacionais, hora relacionados às bases estruturais do sistema de nações, hora dando seqüência aos acontecimentos em uma determinada conjuntura do século XX. Existem momentos na história, contudo, em que ambos os campos de estudo estão intimamente interconectados, determinando a necessidade de uma análise do fenômeno em estudo, nesta seção, como um agente na atuação externa dos países. O esporte se torna, dessa forma, uma ferramenta de ativa importância na política externa para o Estado, tornando-se importante instrumento especialmente para a assimilação popular de estratégias governamentais.

São muitos os instrumentos utilizados pelos governos na formulação e aplicação das diretrizes de sua respectiva política externa, fatores que se conectam a diversas esferas da comunidade internacional, como economia e cultura, por exemplo. São pontos que ultrapassam os limites costumeiramente impostos pelas relações diplomáticas de negociações, e possuem, dessa forma, maior penetração no seio da sociedade civil dos países. Início, crescimento e manutenção de laços econômicos em acordos de comércio exterior com diferentes países, por exemplo, têm sido uma das grandes ferramentas de abertura política para o Brasil na continente africano, a partir de 2003. Esta estratégia dá seqüência ao crescimento da cooperação governamental tradicional entre brasileiros e africanos, e cria maior empatia entre os povos pela população sentir os efeitos dessas relações em seu cotidiano.

O governo francês, por sua vez, mantém uma estratégia de intercâmbio cultural com diversos países, em diversas esferas da política nacional, desde a União até pequenos municípios, na figura de adidos culturais, visando disseminar a uma relevante parcela de estrangeiros uma conceituação elevada de seu país, e com isso, lograr-se do prestígio mundial assim adquirido. Outro exemplo se apresenta com a União Européia, através de sua Comissão,

que, ao valorizar seus ideais de igualdade e cooperação, dá continuidade a um programa de auxílio socioeconômico à América Latina, iniciado em janeiro de 2007. A abordagem de atuação dos governos varia conforme sua estratégia de aproximação com outros atores, e, por conseguinte, sua população.

Alguns países, levando isso em consideração, fazem uso da esfera esportiva como outra importante ferramenta para a aplicação de sua respectiva política externa para determinadas regiões do mundo. Conscientes do apelo popular e do alcance de medidas internacionais que envolvam de alguma forma o esporte, os formuladores de políticas e tomadores de decisão têm a disposição, logo, um diferente e útil instrumento para levar a cabo projetos de atuação internacional, em especial quando se tratando de conversações bilaterais entre Estados. A estratégia de utilizar a esfera esportiva dessa maneira, como comumente se observa com relação ao comércio e à cultura, não foi vastamente difundida entre os países, mas nas vezes em que foi utilizada, inferiu grande sucesso, sempre lidando com casos de extrema periculosidade ou profunda instabilidade.

Mais uma vez, o período da Guerra Fria apresenta um episódio emblemático para o tópico apresentado, neste caso se tratando das relações sino-americanas da época. Desde a emancipação de Taiwan e o reconhecimento estadunidense do Kuomintang como representante soberano do povo chinês, as relações diplomáticas com a então recém instaurada República Popular da China foram cortadas, devido à ligação comunista compartilhada com os vizinhos soviéticos, mesmo que governada independentemente. Quase duas décadas após o congelamento das conversações, no final da década de 1960, o presidente americano Richard Nixon iniciava um movimento de reavaliação do relacionamento com o bloco comunista como um todo, e passava a considerar a real possibilidade de retomar num futuro próximo as relações com a China. Pelo lado oriental, Mao Zedong acreditava na importância que os Estados Unidos desempenhariam no projeto de desenvolvimento que se apresentava com as reformas da posteriormente falha Revolução Cultural no país. Mesmo com a intenção mútua presente, faltava ainda uma ferramenta e, principalmente, um pretexto para a retomada das negociações.

A China sempre foi considerada o principal ator da vanguarda das competições de tênis de mesa no mundo, e durante os campeonatos mundiais jogadores de outras partes do mundo sempre se interessavam na troca de experiências e aprendizado com os grandes jogadores daquele país. Entre estes interessados, encontravam-se alguns jogadores americanos, que iniciaram uma relação de amizade e conversas constantes com os companheiros chineses. Esta aproximação foi de primordial importância para o futuro

reencontro de presidentes de Estados Unidos e China. Após algum tempo de negociações nos bastidores políticos de ambos os países, em meados de 1971 um grupo de mesa-tenistas norte-americanos foi convidado para que passasse um período de intercâmbio com seus colegas chineses no país comunista.

Uma densa teia de entendimentos políticos e diplomáticos subseqüentes pôde ser tecida de um novelo inicial, esportivo, quando, em 1971, a República Popular da China convidou time norte-americano de tênis de mesa para torneios de exibição. Era a aplicação da prática chinesa comum de utilizar o esporte como plataforma para acercamento político (VASCONCELLOS, 2008).

A conseqüente ida dos jogadores é considerada emblemática pelo simbolismo de ter um evento esportivo sido o responsável pela primeira permissão de entrada a um civil estadunidense na China desde o rompimento das relações diplomáticas entre os dois países em 1949. Menos de um ano após este episódio, os presidentes Richard Nixon e Mao Zedong se encontravam em Pequim e iniciavam o processo de restauração das conversações bilaterais entre os dois Estados, fato que culminaria com o reingresso da China na ONU, a reconquista de seu assento permanente no Conselho de Segurança da organização e o conseqüente reflexo na esfera esportiva, com a primeira participação Chinesa em Jogos Olímpicos alguns anos mais tarde, nos Jogos Olímpicos de 1984, em Los Angeles. Este marco também comprovou a maior aproximação chinesa aos Estados Unidos na época, uma vez que nesta edição dos Jogos, o bloco comunista fazia seu boicote em represália ao realizado pelo bloco capitalista, quatro anos antes.

Mais recentemente, outro Estado fez uso do esporte como instrumento direto na aplicação de sua política externa. A resolução 1542 do Conselho de Segurança da ONU de 2004 determinou o envio de tropas de paz para o Haiti em busca de estabilização política na ilha, atormentada por uma guerra civil que impedia a população de manter uma vida digna e pacífica. A candidatura e a posterior confirmação do Brasil como país a liderar esta missão foi encarada pelo governo como um dos maiores desafios jamais enfrentados pela política externa brasileira. O envio de tropas nacionais para promover a paz sob os ideais dos capacetes azuis da ONU de nunca dar o primeiro tiro foi logo na chegada reconhecida como uma tarefa de incrível dificuldade, dada a característica inconstante e instável do inimigo a ser combatido. A assimilação da importância da presença de tropas no país pela população não foi prontamente conquistada, e o nível de grave crise social tendia a um crescimento. Foi quando as

autoridades brasileiras tiveram a idéia de utilizar um elemento da sociedade nacional de grande aceitação popular e de maior divulgação dos feios na nação no mundo.

Uma partida amistosa entre as seleções nacionais de Haiti e Brasil fora agendada para agosto do mesmo ano na capital do país, Porto Príncipe. A estratégia por trás deste jogo era atrelar o enorme prestígio gozado pelos jogadores brasileiros<sup>11</sup> às tropas da ONU lideradas pelo país. Desde sua saída do aeroporto, atletas e comissão técnica foram sempre transportados em veículos da ONU a céu aberto, reforçando a tentativa de criar uma aceitação e legitimação popular da presença de militares estrangeiros na ilha, em busca de estabilização e pacificação interna. Antes do início da partida, os jogadores brasileiros estampavam em suas camisetas a palavra “paz” e carregavam uma faixa com os dizeres: “Justiça social é o verdadeiro nome da paz”. Por mais simples que possa ter parecido a estratégia do governo brasileiro, o episódio trouxe melhores níveis de estabilidade e menores índices de violência na ilha, retratados pela realização das primeiras eleições presidenciais no país após o longo período ditatorial, pouco mais de um ano de realizado o popularmente conhecido “Jogo da Paz”, da mesma maneira como o já mencionado embate entre Estados Unidos e Irã na Copa do Mundo de 1998. Este episódio comprova que a utilização do esporte como ferramenta para a realização da política externa, através de sua popularidade e conexão íntima com o povo, tem boa eficácia independente da situação posta em prática.

## **Pressão Política**

Manifestações de protesto e contrariedade a regimes, conjunturas e ações são uma importante e poderosa ferramenta para pressionar governantes a tomar medidas de reparação e mudança. Geralmente seu impacto é direcionado à opinião pública internacional, a fim de transformar situações controversas para determinados governos em casos de impossibilidade de sustentação das políticas adotadas. Os agentes ativos destes protestos podem estar ou não ligados à esfera pública, porém estes sempre estarão nesta relação como passivos, como receptores de críticas.

Na primeira metade dos anos 2000, o mundo foi abalado com um evento paradigmático para o estudo das relações internacionais. O ataque terrorista em território estadunidense foi seguido de duras represálias do governo daquele país, principalmente direcionado aos Estados classificados por Washington como o “Eixo do mal”, entre eles os

---

<sup>11</sup> Importante ressaltar que a Seleção era a então campeã mundial de futebol na época, por ter conquistado o torneio em 2002, na edição organizada por Japão e Coreia do Sul.

talibãs do Afeganistão e o Iraque de Saddam Hussein. A invasão militar americana nestes dois países resultou em duras críticas por todo o mundo, alegando o unilateralismo e não respeito a fóruns mundiais de discussão por parte dos EUA. Enquanto multidões ao redor do mundo protestavam fortemente contra as alegadas violações norte-americanas, no âmbito do Conselho de Segurança da ONU os grandes atores regionais do mundo enfrentavam um grande impasse. França, Rússia e China tentavam impedir, por meio de projetos de resoluções, os planos beligerantes de americanos e britânicos. Independentemente das ações a seguir tomadas, é importante ressaltar que mesmo que milhões de pessoas tenham saído às ruas em protesto, o fator mais relevante para a opinião pública mundial foi o repúdio de outros atores soberanos no sistema internacional às atitudes estadunidenses.

A esfera esportiva segue esta tendência. Estados nacionais e suas ações são sempre alvos das constantes manifestações políticas ocorridas no seio de competições internacionais. No entanto, estes nem sempre são agentes realizadores destes atos, por vezes levados a cabo por atletas ou federações esportivas nacionais independentes. E da mesma forma como na esfera política internacional, a opinião pública internacional é sempre mais afetada quando atores soberanos influentes estão presentes na realização destas manifestações, que tendem a extrapolar a esfera esportiva e afetar a opinião pública internacional em diversos assuntos ao longo dos últimos anos. Outro ponto a ser relevado aqui é a presença da mídia para a divulgação e difusão da relação identificada entre esporte e política.

[...] a mistura de esporte e política pode bem ser um ideal preconizado pelas agências de mídia internacional, devido ao certo interesse delas em gerar interesse público no esporte ao promover sua significância política (PADDICK, 1986).

A relação conturbada na península coreana teve seu início na divisão pelo paralelo 38 do território do país, logo após o término da II Guerra Mundial e o advento da Guerra Fria. O lado setentrional fora reservado à esfera de influência soviética, enquanto a região meridional se alinhou com os Estados Unidos e o mundo capitalista. Em junho de 1950, um confronto armado entre sul e norte-coreanos teve início com o respectivo apoio a cada uma das potências hegemônicas da época (EUA e URSS). O confronto armado perdurou por três longos anos, ainda que um tratado de paz nunca tenha sido assinado entre as partes beligerantes, apenas um cessar-fogo fora acordado na época. Teoricamente, os dois países ainda estão em estado de guerra.



Muitas tentativas de reconciliação foram apresentadas, alguns Estados iniciaram frustrados projetos de mediação nas negociações, mas o ressentimento e a incompatibilidade ideológica entre as Coreias impede que o assunto avance. Contudo, durante algum tempo, logo no início do século XXI, a comunidade internacional acreditou que as relações diplomáticas entre os dois países poderiam ser retomadas. E o responsável por este momento de esperança foi o desfile de abertura dos Jogos Olímpicos de Sydney, em 2000. Nesta edição, em um gesto inédito de amizade, os comitês nacionais da Coreia do Sul e Coreia do Norte acordaram em desfilar como uma única nação, sob uma única bandeira<sup>12</sup>. Deu-se continuidade a esta atitude em Atenas em 2004, no entanto, percebendo-se que apenas a opinião pública internacional havia sido afetada, não ocorrendo nenhuma mudança da animosidade entre os Estados, decidiu-se por interromper a mensagem de paz e amizade em Pequim, 2008. Mesmo que os governantes dessem um apoio moral às tentativas de aproximação na arena olímpica, sua intenção nunca foi transferida para a esfera política na forma de negociações e acordos.

Na recente edição dos Jogos Olímpicos de Pequim, a delegação dos Estados Unidos decidiu por lançar uma mensagem de protesto e inconformidade à comunidade internacional, diferentemente dos coreanos em edições anteriores, que pregavam a idéia de cooperação e amizade. A China apóia o governo em atuação no tumultuoso Sudão, país no nordeste africano. O governo local é acusado por algumas organizações internacionais da atualidade, como a Anistia Internacional, como responsável por graves violações de Direitos Humanos contra civis em território nacional. Embora a constância de protestos contra o apoio Estatal chinês perdura, sua relevância nunca atinge um nível de grande impacto na comunidade internacional pelo silêncio de outros atores soberanos com relação ao tópico. Neste panorama, o Comitê Olímpico Americano decidiu, em votação, que o porta-bandeira no desfile da abertura dos Jogos olímpicos de 2008, na China, seria o sudanês naturalizado estadunidense Lopez Lemong, refugiado da guerra civil naquele país que fugiu para os Estados Unidos, um atleta de renome internacional no atletismo. A mensagem que se tinha intenção de passar era de protesto ao suporte chinês ao governo do país africano. O que se conseguiu, ainda que sem o apoio Estatal, foi um constrangimento entre os governantes dos dois países durante a cerimônia de abertura, um feito de certa relevância, se levado em consideração que não houveram atores Estatais deliberadamente envolvidos na manifestação.

Conseqüentemente, pode-se concluir que a relevância de movimentos que utilizam o esporte como plataforma para pressões políticas somente é por completo conquistada quando

---

<sup>12</sup> O desenho da bandeira mostrava apenas o mapa da península inserido em um fundo branco, numa alusão à paz.

lideranças governamentais estão diretamente conectadas ao gesto. Os dois casos anteriores representam tentativas frustradas de impactar as decisões governamentais, ainda que tenham causado abalo na opinião pública internacional. As maiores manifestações políticas na história do esporte nos remetem, inexoravelmente, a decisões governamentais transportadas à esfera esportiva. Os maiores exemplos disso acontecem na forma de boicotes ordenados por governos nacionais aos Jogos Olímpicos. Diversas vezes esta estratégia já foi adotada na história olímpica. Um dos primeiros a se tomar conhecimento na história olímpica foi quando União Soviética, Alemanha e Japão decidiram por não enviar delegações para a primeira edição dos Jogos após a II Guerra Mundial, realizado em Londres, em 1948, face às contradições oriundas de duas nações militarmente derrotadas no campo de batalha celebrarem a paz na arena esportiva de um lado, e um novo Estado não identificado com o restante de seus aliados no conflito bélico, em vias de confronto ideológico com as principais potências do mundo capitalista, de outro. Outro exemplo disso foram os já descritos boicotes de 1980 e 1984, por parte dos blocos capitalista e soviético, respectivamente, que marcaram um capítulo especial na Guerra Fria e no relacionamento entre EUA e URSS.

Outros atores também já fizeram uso desta estratégia como forma de impacto no sistema internacional. Em 1960, a África do Sul foi excluída de participar em qualquer competição esportiva internacional, como forma de repressão ao regime racista, naquele país instaurado em 1948. Nos anos 1970, no entanto, a Nova Zelândia recepcionou a seleção sul-africana de rúgbi, tradicional esporte nos dois países, para uma série de partidas amistosas. A reação internacional foi de repúdio aos dois países, e quando da confirmação da participação neozelandesa nos Jogos Olímpicos de 1976, em Montreal, Canadá, diversos países africanos se uniram para uma manifestação de coesão e unidade em contrariedade às políticas de segregação em vigor no país mais ao sul do continente. Vinte e duas nações acordaram o maior boicote ao movimento olímpico presenciado até então, causando relevante impacto na comunidade internacional. A pressão pela queda do regime Apartheid na África do Sul cresceu vertiginosamente a partir deste episódio, culminando ao ano de 1990, quando finalmente aconteceu a liberação de presos políticos, entre eles Nelson Mandela, que alguns anos mais tarde seria eleito presidente nacional, e o fim da separação racial da sociedade. Por conseguinte, o país voltou a disputar os Jogos olímpicos em 1992 e a Copa do Mundo de futebol em 1998, competição que organizará em 2010, marcando uma nova era nas relações do país com o restante do mundo.

## Conclusão

Ao longo de todo o trabalho, tentou-se aproximar duas esferas, política e esportiva, de relevante impacto na sociedade internacional, na intenção de analisar cientificamente este fenômeno. Para tal, buscou-se na escola neo-realista, nas visões paradigmáticas de Waltz (WALTZ, 2002) e Mearsheimer (MEARSHEIMER, 2003), um embasamento teórico que apresentasse variáveis para a discussão sugerida. Os conceitos de estruturação do sistema internacional e hegemonias regionais basearam toda a análise de potências esportivas e seus resultados obtidos nas principais competições mundiais. No entanto, carecia ao estudo ainda a fundamentação teórica para a questão nacionalista e sua influência nas relações internacionais, uma vez que este é um aspecto de grande presença e relação com a esfera esportiva. Combinaram-se, dessa forma, as idéias dos dois autores já apresentados com as noções de Hobsbawm (HOBSBAWM, 1993) a cerca do tema exposto. A escolha das competições a serem analisadas também envolveu uma relativa pesquisa, pois deveriam as escolhidas combinar impacto na opinião pública internacional e relevância global. Chegou-se a dois eventos distintos, porém de igual apelo popular: os Jogos Olímpicos, no seu conceito de união entre os povos envolvidos na busca pelos limites do ser humano, e a Copa do Mundo de Futebol, que resume em um único evento todas as paixões e relações entre nações.

A questão que tentamos responder neste estudo envolvia a investigação do porquê o esporte se tornar, a partir da popularização das grandes competições internacionais, um tema de importante relevância na agenda internacional dos governos nacionais. Nossa hipótese dividia-se em duas variáveis, interligadas entre si. A primeira, abordada no primeiro capítulo, exigia a constatação da existência de um reflexo das relações internacionais no esporte. A segunda, dependente desta, relatava que os governantes dos Estados nacionais faziam uso desta relação como um artifício para o fortalecimento de sua posição na corrente conjectura do sistema internacional. A averiguação desta segunda variável foi analisada no segundo capítulo deste trabalho.

Nesta análise primeiramente descritiva, objetivou-se identificar as formas de verificação do reflexo das relações internacionais no esporte. Concluiu-se por todo o primeiro capítulo do presente trabalho que existe sim uma relação muito próxima entre as esferas analisadas. Dividiu-se o tema entre as três variáveis identificadas para a verificação do fenômeno, retratadas em cada uma das seções do capítulo, respectivamente. A estrutura do sistema internacional e as potências que advém ao longo dos diferentes ciclos hegemônicos são fielmente retratadas nos Jogos olímpicos e sua estrutura de vencedores, obedecendo a

metodologia para tal averiguação, de acordo com o estudo divulgado pela empresa PricewaterhouseCoopers (Sem autor, 2008), que contabiliza o número total de medalhas conquistadas em uma determinada edição dos Jogos olímpicos. Potências políticas regionais também o são na esfera esportiva desde a popularização do movimento olímpico, quando analisados seus resultados em comparação aos dos países que compõem sua esfera de influência, da mesma forma como o crescimento da presença internacional de certos atores, independente da razão deste destaque (militar, econômica, política, etc.), também é visualizada em um desenvolvimento positivo no desempenho olímpico da delegação nacional ao longo dos ciclos olímpicos.

Também chegamos à conclusão que eventos conjunturais de relevância às relações internacionais serão refletidos na esfera esportiva, de diferentes maneiras. Os chamados marcos conjunturais identificam paradigmas sistêmicos e caracterizam as diferentes situações vivenciadas pelas nações ao longo das décadas, ao passo que estas relações são sempre retratadas por eventos realizados na arena esportiva, em especial nas duas grandes competições analisadas, os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo de futebol. Por fim, percebeu-se o forte impacto de movimentos nacionalistas no esporte, como preconizado por Hobsbawm em “Nações e Nacionalismos” (HOBBSAWM, 1993). Neste ponto, porém, observamos apenas o fenômeno nas relações específicas com as relações internacionais e a teoria neo-realista. Dessa forma, concluímos que o surgimento de novos atores soberanos no sistema internacional provenientes destes movimentos se reflete em um crescimento da relevância destes atores na esfera esportiva internacional, como uma forma de orgulho e paixão pelo novo país.

Levando estes conceitos em consideração, assim como sua respectiva influência nas relações internacionais, chegamos a uma primeira conclusão neste estudo. Empiricamente, pudemos identificar que modificações sistêmicas futuras, como o surgimento de novas potências hegemônicas ou atores regionais relevantes, podem ser identificadas na esfera esportiva através de um crescimento nos resultados e na relevância do país nas grandes competições esportivas mundiais. Esta afirmação se comprova quando verificadas as situações paradigmáticas do século XX, como o período das grandes Guerras Mundiais e a Guerra Fria. Dessa forma, poderemos também vislumbrar as possibilidades apresentadas ao mundo neste início de século XXI, como o crescimento da China, a queda gradual da Rússia, o questionamento sobre a capacidade estadunidense de se manter como grande potência mundial e o surgimento de novos atores relevantes no sistema, como Brasil, África do Sul e

Índia, uma vez que estes acontecimentos são presenciados na esfera esportiva, como analisado no primeiro capítulo deste estudo.

Em seguida, concluiu-se que o reflexo das relações internacionais no esporte influencia as decisões dos governantes em sua delimitação das políticas a serem adotadas externamente. Os governos nacionais fazem uso deste artifício para a realização de três distintos objetivos. Primeiramente, os Estados buscam através do esporte uma maior inserção ou a consolidação de seu *status* no sistema internacional, buscando tanto a conquista de bons resultados nas competições esportivas, quanto a possibilidade de receber-nas em seu território. Foram diversos os exemplos durante todo o século XX e início do século XXI em que políticas internas de incentivo ao esporte, aliadas a negociações nos bastidores políticos internacionais, trouxeram resultados na esfera esportiva utilizados para a promoção internacional de seus respectivos países. O estudo empírico das decisões governamentais ligadas ao esporte mostrou esta prática como a de maior utilização e recorrência ao longo do século XX.

A seguir, identificamos as duas formas verificadas nas quais os atores do sistema internacional fazem uso do esporte para fortalecer sua posição internacional. A utilização do esporte como uma ferramenta de política externa nacional mostrou-se uma estratégia positiva nos casos analisados na segunda seção do segundo capítulo, porém identificou-se a falta de maiores exemplos que tornariam esta uma prática recorrente entre os países. Ainda assim, concluiu-se que sempre que posta em prática, esta tática apresentou resultados positivos, mostrando que ela deveria ser mais vezes utilizada pelos Estados. Finalmente, embora o esporte como artifício de pressão política tenha sido verificado em diversas ocorrências do fenômeno analisado no trabalho, poucas foram as identificações do Estado como agente ativo destas manifestações. O que nos levou à conclusão de que o impacto sentido na esfera política internacional de protestos ou manifestações realizadas em competições esportivas ou utilizando o esporte como palco somente atinge um nível mínimo de relevância quando realizados por atores Estatais, os quais poderão ser questionados sobre suas ações. Dessa forma, ações tomadas por indivíduos ou agentes privados receberão atenção diminuta nas decisões tomadas pelos governos com relação a eventos ocorridos na esfera esportiva.

Em suma, o estudo e a pesquisa empírica apresentaram um fenômeno ainda pouco abordado pela academia e pelas Ciências Sociais. O esporte é um tópico de análise que se relaciona com diversos elementos deste ramo do conhecimento, como política interna e antropologia. Nosso objetivo foi relacionar este assunto com as políticas adotadas por governos nacionais que tivessem impacto nas relações internacionais. E concluímos que,

apesar de conhecido, este impacto internacional observado no esporte ainda carece de maiores políticas Estatais que abordem o tema profundamente. Ainda que muitos atores façam uso da esfera esportiva como ponte de promoção internacional do país, esta é apenas uma das três possibilidades de utilização do esporte como ferramenta política internacional pelos Estados. Na medida em que as políticas apresentadas como exemplos das duas formas ainda pouco utilizadas pelos Estados se tornem paradigmáticas, o esporte poderá enfim ter sua relevância para a política internacional maximizada, baseando sua relevância na importância metodológica dada pelos Estados. O esporte ainda é analisado pelo grande público como uma atividade meramente ligada ao lazer, sendo ignorada sua real conexão com fenômenos sociais importantes.

De fato comprovou-se a hipótese apresentada para a resolução da questão que pautou a elaboração deste estudo. Comprovamos a real existência de um reflexo das relações internacionais no esporte e apresentamos as três formas nas quais os governos nacionais fazem uso deste na formulação de políticas de curto, médio e longo prazo. No entanto, a principal conclusão que este estudo pretende apresentar é a necessidade do assunto ser avaliado utilizando uma metodologia apropriada, que mensure adequadamente os resultados de políticas públicas e apresente padrões a serem seguidos, para que o esporte possa ser analisado mais do que apenas um importante fator de comoção popular, um fenômeno de impacto relevante nas relações entre Estados nacionais soberanos.

## Referências Bibliográficas

ALLISON, Lincoln. **What do Governments Want from Sport and What do they Get?**. Washington: FPIF, 2008. Disponível em <<http://fpif.org>>. Acesso em 8/8/2008.

ARBENA, Joseph L. Sport and the Study of Latin American History: An Overview. **Journal of Sports History**. V. 13, n. 2, 1986. Disponível em <[www.la84foundation.org](http://www.la84foundation.org)>. Acesso em 14/11/2008.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: O Dinheiro, Poder e as Origens do Nosso Tempo**. São Paulo: UNESP, 1996.

BEACOM, Aaron. Sport in International Relations: A Case for Cross-Disciplinary Investigation. **The Sports Historian**, Coleraine, ano 2, n. 20, p. 1-23, nov. 2000. Disponível em <[www.la84foundation.org](http://www.la84foundation.org)>. Acesso em 14/11/2008.

BOTELLA, Joan. **Political Games: Agents and Strategies on the 1992 Barcelona Olympic Games**. Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics UAB, 1995. Disponível em <<http://olympicstudies.uab.es>>. Acesso em 8/8/2008.

CARR, Edward Hallet. **Vinte Anos de Crise 1919-1939: Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais**. Brasília: UNB, 2001.

CARVALHO, Alexandre M. Jorge de. Os Jogos Olímpicos como Reflexo de Marcos Históricos da Humanidade. In: MORAGAS, Miquel de & DACOSTA, Lamartine (Org.). **Universidade e Estudos Olímpicos: Seminários Espanha-Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2006. P. 698-705.

CASHMAN, Richard. **Impact of the Games on Olympic Host Cities: University Lecture on the Olympics**. Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics (UAB), 2002. Disponível em <<http://olympicstudies.uab.es>>. Acesso em 8/8/2008.

COELHO, Paulo Vinícius. **Os 50 Maiores Jogos das Copas do Mundo**. São Paulo: Panda Books, 2006.

DOUGAN, Andy. **Futebol e Guerra – Resistência, Triunfo e Tragédia**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2004.

FOER, FRANKLIN. **Como o Futebol Explica o Mundo: Um Olhar Inesperado sobre a Globalização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FUKOYAMA, Francis. **O Fim da História e o Último Homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

HOBBSBAWM, Eric J. **A Era dos Extremos: O Breve Século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. **Nações e Nacionalismo**. Lisboa: Gradiva, 1993.

HOULIHAN, Barrie. **Sport and International Politics**. New York: Harvester, 1994.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

KRUGER, Arnd (ed.), **The Nazi Olympics: Sport, Politics, and Appeasement in the 1930s**. Champaign: University of Illinois Press, 2003.

LANCELLOTTI, Silvio. **Almanaque da Copa do Mundo: Todas as Copas, Todos os Torneios**. Porto Alegre: Ed. L&PM, 1998.

LITTLE, Richard. International Regimes. In: BAYLIS, John, SMITH, Steve & OWENS, Patricia. **The Globalization of World Politics**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

MARTOLIO, Edgardo. **A História dos Jogos Olímpicos (1986-2004)**. São Paulo: Melhoramentos, 2005.

MEARSHEIMER, John. **The Tragedy of Great Power Politics**. Nova York: WW Norton, 2003.

MEARSHEIMER, John J. China's Unpeaceful Rise. **Current History**, Nova York, v. 106, n. 690, p. 160, abr. 2006. Disponível em <[www.currenthistory.com/org](http://www.currenthistory.com/org)>. Acesso em 8/8/2008.



PADDICK, Robert J.. Sport and Politics: The (Gross) Anatomy of their Relationships. **Sporting Traditions**. V. 1, n. 2, mai 1984. Disponível em <[www.la84foundation.org](http://www.la84foundation.org)>. Acesso em 20/10/2008.

RIORDAN, Jim. Rewriting Soviet Sports History. **Journal of Sports History**. V. 20, n. 3, 2003. Disponível em <[www.la84foundation.org](http://www.la84foundation.org)>. Acesso em 11/11/2008.

Sem autor. **Jogos Olímpicos: 100 anos de história**. Porto Alegre: Zero Hora, 1996.

\_\_\_\_\_. **O Brasil sepultou às lembranças de 1966**. 2008. Disponível em <[www.museudosesportes.com.br/noticia.php?id=228](http://www.museudosesportes.com.br/noticia.php?id=228)>. Acesso em 10 nov, 2008.

\_\_\_\_\_. **The Cuban Integrated Model of Sport Development**. In: Second Meeting of the Human Resource Development (HDR) in Sports Committee, 2003, Havana. Disponível em <[www.caricom.org](http://www.caricom.org)>. Acesso em 15/10/2008.

\_\_\_\_\_. **Modeling Olympic Performance**. Junho de 2008. PricewaterhouseCoopers. Disponível em <[www.pwc.com](http://www.pwc.com)>. Acesso em 15/10/2008.

VASCONCELLOS, Douglas Wanderley. **Esporte, Poder e Relações Internacionais**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2008.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A Guerra Fria**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

\_\_\_\_\_. **As Guerras Mundiais (1914-1945)**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

\_\_\_\_\_. **História do Século XX**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

\_\_\_\_\_. **Dez Anos que Abalaram o Século XX**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

WALTZ, Kenneth Neal. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiv, 2002.

\_\_\_\_\_. Realist Thought and Neorealist Theory. In. LINKLATER, Andrew. **International Relations – Critical Concepts in Political Science**. Londres: Routledge, 2005. Tomo IV, p. 1521-1537.